Periódicos
MFN 52
ex. 2

Março/abril de 1989

Editado pela Fundação Nacional *pró*Memória
Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Ministério da Cultura
Av. Rio Branco, 46 — 2.º andar — Centro
Rio de Janeiro — RJ — 20.090

ISSN 0101 - 3467

SPHAN 46
*pró*Memória



Sítio Burle Marx

Cultura viva



Philodendrum Coersifolium Laciniatum, . . .

Fruto de décadas de trabalho do paisagista Roberto Burle Marx, as coleções de plantas e o acervo artístico existentes no Sítio que hoje leva seu nome, localizado em Barra de Guaratiba, no Rio de Janeiro (RJ), representam o que há de mais significativo em termos de patrimônio natural e de cultura brasileira. Muito simbolizam, também, como exemplo de perfeito entrosamento entre o homem, a arte e a Natureza.



. . .Pontederia Cordata . . .



. . .e Heliconia Pendula:

A história do Sítio Roberto Burle Marx está apenas começando, em comparação com a da maioria dos outros bens e instituições culturais administrados pela SPHAN/*pró*Memória. Adquirido pelo paisagista a partir de 1949, o então Sítio Santo Antônio da Bica teve o seu tombamento aprovado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1985, e passou, simultaneamente, para a responsabilidade da Instituição, que detém a guarda do seu acervo artístico e natural (*SPHAN/pró*Memória nº 34, pág. 39, e nº 35, pág. 28).

O Sítio está localizado a aproximadamente sessenta quilômetros do Centro da Cidade do Rio de Janeiro e tem 410.000 metros quadrados de área. Nele estão construídos uma capela do século XVII — em devoção a Santo Antônio da Bica e onde ainda são celebradas missas aos domingos —, escritórios e a casa principal, na qual estão depositadas coleções de arte de um contingente bastante eclético de autores — esculturas, cerâmica popular, quadros, santos —, além de conchas, cristais e muitos livros. Lá também se encontram as pinturas, principalmente do primeiro período, do próprio Burle Marx, que ainda reside no Sítio e o dirige.

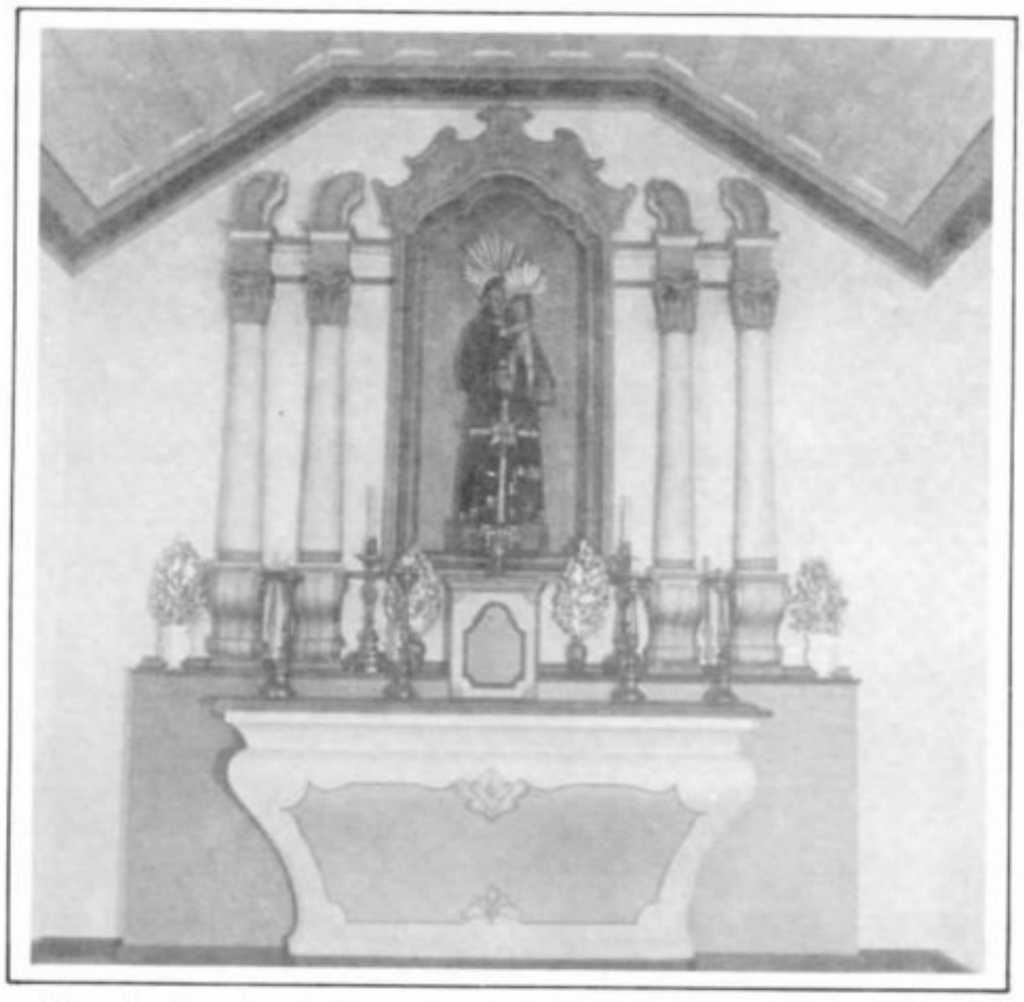
Muitos dos ambientes estão montados quase que de forma cenográfica, como o patamar gramado existente em plano inferior à Capela, onde um totem, em cerâmica, compõe de forma harmônica a paisagem. Ou a mística cachoeira e as vitórias-régias, que também constituem um recanto à parte.

Cultura viva

Lagos, morros, nascentes, encostas, brejos e até pequenas áreas áridas abrigam cerca de 3.500 espécies de plantas, desde as rasteiras até árvores de grande porte, sempre cultivadas em locais cujas condições climáticas e de relevo mais se aproximem às de seus habitats de origem. Considerável parte do terreno é ocupada pelo cultivo das plantas em condições especiais: existem três grandes ripados, subdivididos, e outros um pouco menores, para abrigar famílias afins; duas estufas, onde se concentram as sementeiras — terra semeada — e um propagador — local com irrigação e umidade controladas para possibilitar um enraizamento mais rápido.



. . .plantas preservadas no Sítio Burle Marx



Altar da Capela de Santo Antônio da Bica

Uma das mais valiosas coleções de plantas autóctones do mundo está reunida no Sítio, graças às excursões feitas por equipes comandadas por Burle Marx ao longo de décadas. Muitas vieram do Pantanal, de Santa Catarina, da Amazônia, de Minas, do Espírito Santo, do interior de São Paulo e outros estados brasileiros, além de países como a Índia, Porto Rico, Haiti, Havaí, Equador, África do Sul, etc. Algumas dessas plantas chegaram a ser obtidas pelo paisagista mediante permuta por obras de arte de sua autoria.

Aproximadamente quinhentas espécies de *Philodendron* e 250 de *Anthurium* — gêneros da família *araceae* —, 250 espécies de *Bromeliaceae*, 120 de *Heliconeaceae*, duzentas de *Orchidaceae*, 80 de *Begoniaceae* e cerca de 120 de *Velloziaceae* predominam na coleção, que detém plantas raras, em extinção, tradicionais ou desconhecidas da flora brasileira e muitas cujos ambientes de origem já foram destruídos pelo homem.

Apenas para que se tenha uma idéia da importância do Sítio enquanto reserva para a preservação de espécies de plantas, existem no Jardim Botânico do Rio de Janeiro 250 tipos de palmeiras, enquanto que no Sítio Burle Marx podem ser encontrados quatrocentos. A maior coleção de *Velloziaceae* do mundo também lhe pertence: as citadas 120 espécies, contra as poucas unidades existentes no mesmo Jardim Botânico do Rio.

Pelo Regimento Interno da SPHAN/*pró*Memória, o Sítio Roberto Burle Marx "tem por finalidade desenvolver estudos de paisagismo e promover a conservação da Natureza, bem como estimular e apoiar a realização de pesquisas, cursos, seminários, congressos e eventos em geral, que contribuam para o desenvolvimento dessas atividades". No entanto, seus atuais 49 funcionários, entre jardineiros, seguranças e estagiários de biologia, por exemplo, assim como os recursos financeiros, são insuficientes para a sua manutenção e evolução, enquanto instituição científico-cultural.



Ripado principal, vista parcial interna



Elementos decorativos,...



...Marantha Sp....

Foto: Sylvio Clemente da Motta



...e Totem, em cerâmica: no Sítio, natureza e arte



Philodendrum Asperatum

Quem informa é o próprio Burle Marx, para quem, "na verdade, foram quatro anos que se passaram e as dificuldades são cada vez maiores". Conforme complementa Maria de Fátima Gomes de Souza, vice-diretora daquela Unidade, "o Sítio, por suas características específicas, requer mais pessoal especializado e qualificado e inúmeras reformas: estamos necessitando construir salas de aula, para a divulgação de conhecimentos das áreas técnicas, bem como laboratórios, o que viabilizará tarefas que vão desde a dosagem de remédios para as plantas — muitas necessitam de atenção contínua — até complexos estudos de identificação que envolvem, por vezes, consultas a instituições estrangeiras".

Apesar da insuficiência de verba — o próprio Burle Marx tem-se visto obrigado a injetar recursos seus para "não deixar morrer plantas que necessitam de cuidados especiais" —, o Sítio, ao contrário de quando pertencia aos irmãos Burle Marx, não mais comercializa mudas das espécies nele cultivadas, e pouco tem despertado o interesse da iniciativa privada: "tivemos auxílios para viagens de coleta, por parte da Mineração Rio do Norte e da Bayer do Brasil, a Piraquê até hoje nos envia latas, importantes para o transplante de mudas, e, em certa ocasião, foi realizado, por cortesia, um delicado transporte de plantas da Amazônia, pela Varig", recorda Fátima Gomes.

Já Burle Marx voa alto e sonha com o patrocínio de empresas para transformar o Sítio em um centro cultural nos campos do Paisagismo, da Floricultura e da Botânica aplicada aos jardins, com a realização de muitos cursos, catálogos e videoteipes. Sonho do "maior paisagista vivo do mundo", segundo o Royal College of Arts, de Londres, e de quem já descobriu dezenas de espécies e um gênero de plantas — muitas têm o seu nome — sem nunca ter sido botânico.





Fotos: Arquivo SPHAN/*pró*Memória

A natureza do homem

O paisagista, pintor, desenhista e escultor Roberto Burle Marx nasceu em São Paulo, no dia 4 de agosto de 1909. E a coleção de plantas, iniciada aos sete anos e que hoje é sem dúvida uma das mais importantes do mundo, é, segundo ele, a razão de sua vida — uma vida que chega aos oitenta anos.

"Continuo interessado em fazer jardins e para isso eu tenho que conhecer as plantas: a planta é o ator principal do jardim", ensina Burle Marx, que já elaborou mais de dois mil projetos paisagísticos, no Brasil e no Exterior.

Com uma produção cultural significativa — ainda se dedica horas a fio à pintura, por exemplo —, o "jovem" Burle Marx, apaixonado por plantas, e que, desde 1928, quando visitou o Jardim Botânico de Darlhen, em Berlim, na Alemanha, se interessa cientificamente por elas, tem muitos cabelos brancos e histórias para contar: "Havia um botânico, o Ducke, que viveu na Amazônia durante cinqüenta anos e muito me ensinou, embora se recusasse a me emprestar seus livros por eu não saber o suficiente de botânica. Ele dizia, já naquela época, em 1950, que o nosso Jardim Botânico, do Rio, não era mais um Jardim Botânico e sim um jardim 'batônico', por causa dos empregos de cabide, que beneficiavam em geral mulheres."

Segundo Burle Marx, quanto mais ele conhece a flora brasileira, melhor se expressa ao fazer jardins e nas suas conferências — na última viagem de três semanas aos Estados Unidos realizou quatorze delas: "Não adianta você conhecer a planta separadamente, você tem que entender como ela nasce em associação com outras plantas", repassando a lição de outro parceiro de trabalho, o botânico Henrique Lahmeyer de Mello Barreto que, em 1943, atuou com ele no início da construção do Parque de Araxá, em Minas Gerais.

Mas o que levaria um paisagista a resgatar e cultivar espécies brasileiras em um sítio? Conforme ressalta Burle Marx, a proposta do antigo Sítio Santo Antônio da Bica era abrigar plantas brasileiras, para que pudessem ser usadas em nossos jardins espécies nossas, e não apenas plantas exóticas. Além disso, havia a preocupação de se preservar aquelas que já estavam em fase de extinção.

Diante da atual possibilidade de extinção da própria Amazônia, o paisagista acredita que a destruição tende a continuar. "E muito dessa culpa poderá ser atribuída aos nossos políticos que, de modo geral, só trabalham em benefício próprio", arremete Burle Marx, que acredita que todos têm a obrigação de reclamar do que está errado, e exemplifica: "Recentemente fomos visitados, no Sítio, pelo Presidente de Portugal, Mário Soares, e sua filha. Vieram apenas os dois e se utilizaram de aviões de carreira. Por que em suas viagens o nosso Governo tem que parecer uma verdadeira corte? Não seria melhor aplicar esses recursos para o desenvolvimento da ciência?"

Para Roberto Burle Marx, as superpotências estão destruindo o mundo e tornando-o inabitável. Indagado, recentemente, durante uma das suas últimas conferências, sobre a questão da devastação da Amazônia, ele reagiu de forma surpreendente: "Quem compra a madeira? Não são vocês, os países ricos?" A pergunta ficou no ar...

Casa de Cora Coralina abrigará museu e centro cultural



A CASA VELHA DA PONTE. . .

"Olho e vejo tua ancianidade
vigorosa e sã.
Revejo teu corpo patinado
pelo tempo,
Marcado das escaras
da velhice.
Desde quando ficaste
assim?"

Cora Coralina



Foto: Cidinha Coutinho

A casa onde viveu Cora Coralina, na cidade de Goiás (GO), será aberta ao público no dia 20 de agosto, data do centenário de nascimento da poetisa, falecida há quatro anos. O imóvel, que abrigará um centro cultural e um museu dedicado à memória da escritora, está sendo restaurado pela SPHAN/*pró*Memória, através da 8.ª Diretoria Regional. A conclusão das obras está prevista para junho próximo.

Uma comissão instituída pelo Governo do Estado de Goiás está preparando a programação de inauguração. A idéia é promover durante todo o mês de agosto atividades culturais que envolvam a comunidade local, culminando com a solenidade de abertura da casa.

O museu, que reproduzirá o espaço de trabalho de Cora Coralina, o seu cotidiano, o ambiente da casa, reunindo objetos da poetisa, ocupará a parte íntima da residência. Outros cômodos abrigarão o centro cultural, que sediará um núcleo de documentação para preservação da memória da literatura goiana, da qual Cora Coralina foi uma das maiores expressões, uma biblioteca comunitária, uma videoteca, que reunirá "tapes" sobre a escritora, para atender escolas, universidades, turistas e público em geral, um posto de vendas de livros, cartões, etc., além de um espaço para a orquestra sinfônica da cidade.

O centro cultural deverá abrigar, ainda, um cine-clube, além de abrir espaço para artistas goianos, reservando-lhes salas para exposições itinerantes. Para manter uma das atividades mais tradicionais de Goiás — a produção de doces caseiros, na qual Cora Coralina era considerada grande mestra —, o centro vai oferecer cursos, estabelecendo uma escola para doceiras.

O centro cultural pretende, também, contribuir para a formação de guias turísticos mirins. Convênio nesse sentido foi assinado recentemente entre a Associação Casa de Cora Coralina e a Prefeitura Municipal de Goiás.

A Associação, idealizadora do projeto de utilização da Casa de Cora Coralina, é uma entidade civil, com sede na cidade de Goiás, criada logo após a morte da escritora por familiares e comunidade, com o objetivo de valorizar a identidade sócio-cultural do povo goiano e divulgar a obra da poetisa.

Entre seus projetos está o de transformar o centro cultural em uma extensão do campus da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Goiás, através da promoção de atividades literárias, simpósios e estudos.

A casa

Integrando o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Goiás, tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a casa de Cora Coralina é a número 20 da Rua D. Cândido Penso, antiga Rua do Rosário, à margem do rio Vermelho, junto à Ponte da Lapa, ou "Ponte do Meyo", como era conhecida à época da Vila Boa de Goyás (início do século XIX).

Segundo depoimento da própria Cora Coralina, a casa era conhecida como Casa Velha da Ponte — título, aliás, de um dos textos do livro da escritora *Histórias da Casa Velha da Ponte*. Além da construção principal, composta de duas casas geminadas sob um único telhado, existiam dependências secundárias no quintal, hoje vinculado à memória goiana pelo pomar onde Cora Coralina colhia frutos para seus doces cristalizados, tão famosos quanto seus poemas.

A casa foi adquirida pela família de Cora Coralina no início do século XIX, mas sua construção remonta à segunda metade do século XVIII, para uso dos Recebedores do Quinto Real. Em 1985, a Prefeitura Municipal de Goiás comprou o imóvel e repassou a sua administração à Associação Casa de Cora Coralina.

Quando do início das obras de restauração, a casa encontrava-se em precário estado de conservação, o que levou a 8.ª Diretoria Regional da SPHAN/*pró*Memória a executar um projeto de recuperação integral da residência, que possui 16 cômodos.

As obras resgatarão a integridade arquitetônica do imóvel, devolvendo à cidade de Goiás um de seus mais significativos patrimônios culturais em plenas condições de uso comunitário.



Detalhe de pintura no hall *da escadaria principal do MR*

Museu reabre no Centenário da República

A reabertura do Museu da República, em 15 de novembro, será marcada pelo acontecimento político mais importante dos últimos tempos: naquela data, os brasileiros irão às urnas para eleger o novo presidente do país, após 29 anos de espera. Outro fato igualmente importante, o Centenário da República, estará ocorrendo nesse dia. A realização de eleições diretas para Chefe de Governo, as comemorações do Centenário da República e a reinauguração do Museu, totalmente restaurado e revitalizado, certamente simbolizarão o fortalecimento da nação e de suas instituições democráticas.

Após cinco anos fechado para reformas, o Museu da República, instalado no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, reabrirá suas portas ao público, no dia 15 de novembro, com uma nova concepção museológica e museográfica. Quem garante é a direção da Instituição, que, durante esse período, coordenou os esforços de sua equipe técnica para a elaboração e execução de um projeto de revitalização, através do qual a história da República no Brasil será "contada" de forma dinâmica e crítica.

De acordo com a equipe do MR, o projeto trata o próprio Palácio do Catete como uma peça de impacto, de destaque, dentro do acervo do Museu, advindo daí o apurado trabalho de restauração que está sendo executado no prédio principal e no anexo, em cujos espaços serão montados os circuitos de exposições temporárias e permanentes.

"O Palácio do Catete foi construído para residência e não para sediar um museu. Diante desse fato, deparamos com a necessidade de adaptá-lo de maneira adequada à sua nova função, respeitando a arquitetura do prédio, que é patrimônio nacional", explica Mário Chaves, da equipe do MR.

A diretoria do MR já contratou os serviços que viabilizarão a reinauguração do prédio principal do Palácio, onde serão montadas as exposições mais importantes, de acordo com o projeto elaborado por seus técnicos. O anexo do Palácio — que abrigará o setor administrativo do Museu e, em seu terceiro pavimento, parte do circuito de exposições — não estará totalmente pronto a tempo de ser reaberto juntamente com o prédio principal no dia 15 de novembro. A informação é do arquiteto Alexandre Brighenti, da Comissão de Obras do MR.

Projeto

O roteiro museográfico definido pela equipe do Museu vai possibilitar a utilização racional dos espaços do Palácio do Catete. Segundo o projeto, o primeiro pavimento será destinado ao circuito de apresentação geral do Museu, denominado de *Memória da Casa*, através do qual será "contada" a história do Palácio, incluindo este último período de reformas.

"A nossa intenção é mostrar o que chamamos de *memória de restauro*, pois o Palácio passou por várias fases de restauração, desde que nele foi instalada a sede da Presidência da República. É interessante que se divulgue essas etapas. Com isso, pretendemos evidenciar as técnicas que foram utilizadas no processo de restauração e, ao mesmo tempo, mostrar o homem no seu trabalho, emprestando um enfoque mais humano a esse processo."

Ainda no primeiro andar, haverá um outro espaço representando o *Cenário do Poder* — o Salão Ministerial. O objetivo, segundo a equipe do MR, é evidenciar fatos importantes dentro do panorama histórico brasileiro. O espaço será apresentado como um grande cenário, onde diversos assuntos de natureza política eram decididos.



Exemplo de porta trabalhada, com aplique em metal



Hall *da escadaria principal*



Exemplar de mobiliário totalmente restaurado

Outras salas estão previstas para, também, ocuparem o primeiro pavimento do Palácio, com destaque para a Sala dos Símbolos, que tratará do imaginário no Brasil. Nesse espaço estarão reunidos os símbolos oficiais, como a Bandeira Nacional, procurando mostrar como a população deles se apropria.

No segundo andar, estarão os Salões Nobres, como o de Banquetes, o de Música, e a Sala da Capela, para dar a idéia do uso do Palácio em suas diversas fases. De acordo com o projeto museográfico, no segundo pavimento estarão representados os elementos da época, através do mobiliário existente.

A trajetória republicana no Brasil será mostrada no terceiro piso — onde fica o quarto em que Getúlio Vargas se suicidou —, por meio de uma proposta de classificação desse período em sete "conjunturas". Movimentos político-sociais republicanos como a Inconfidência Mineira e a Confederação do Equador poderão ser acompanhados pelo público nesse andar.

As "conjunturas" serão materializadas através do acervo existente no MR, segundo informam os historiadores envolvidos no projeto. Esses períodos representam um conjunto de situações econômicas, sociais, culturais e políticas, explicam, afirmando que essa concepção museográfica tornará mais dinâmica a abordagem dessa etapa histórica, possibilitando ao público uma melhor compreensão da República brasileira.

Obras

Fechado ao público desde 14 de junho de 1984, o Museu da República está sendo totalmente restaurado, conforme projeto elaborado por uma equipe de arquitetos da 6ª Diretoria Regional da SPHAN/*pró*Memória, coordenada pela Comissão de Obras instituída pela direção da Casa. Quando do início dos trabalhos, o Palácio do Catete encontrava-se em precário estado de conservação, o que determinou seu fechamento para que pudesse passar por uma recuperação completa em suas instalações.

A Comissão de Obras priorizou inicialmente a contenção das fundações do prédio, pois as estruturas do Palácio ficaram seriamente abaladas com as obras do metrô, cuja galeria passa a apenas 80 centímetros da sua fachada principal (*SPHAN/pró*Memória, nº 33, págs. 1 a 6).

Antes do início efetivo das obras, a Comissão procedeu a um levantamento geral da situação do prédio. Os serviços começaram pela cobertura, sendo recuperadas a marquise e a varanda — ameaçadas de ruir devido ao estado de deterioração em que se encontravam — e toda a parte de serralheria artística. Paralelamente, foi executada uma série de serviços de reformulação das instalações elétricas, hidráulicas, de incêndio, de recuperação dos elementos artísticos internos e de infra-estrutura, para dotar o prédio de condições mínimas de segurança e de utilização como museu.

O MR conta, agora, com uma nova subestação de energia elétrica, para atender a demanda do prédio dentro das normas de segurança; com um eficiente sistema de combate a incêndios; e um sistema de pára-raios em substituição ao que existia e que se encontrava desativado, entre outros beneficiamentos executados ao longo dos cinco anos de reformas.

O Palácio está sendo reconstituído em seus mínimos detalhes, segundo o arquiteto Alexandre Brighenti. Ao término das obras, o prédio ficará com o aspecto mais próximo do original. "Fizemos os estudos necessários para isso e o prédio sofreu uma série de intervenções ao longo dos anos em que foi ocupado como sede da Presidência da República, o que acabou por conferir-lhe um aspecto sombrio."

Esse aspecto será eliminado com a recuperação do revestimento inicial do Palácio, que tornava seus espaços mais claros, conforme os estudos procedidos durante as prospecções nas camadas de pintura. "Fomos descobrindo que havia uma série de pinturas sobrepostas; a partir daí, formulamos critérios para definir qual o tipo de registro que manteríamos e qual direção tomaríamos na restauração. Optamos por um critério de respeitar o corpo central do Palácio, cujo revestimento inicial tornava o ambiente mais claro. Nas paredes das salas do primeiro e terceiro pavimentos, e naquelas em que a pintura decorativa estava impossível de ser restaurada, utilizamos um tom marfim, que empresta uma unidade ao imóvel, *limpando* o conjunto todo", explica Brighenti. O mesmo critério, no entanto, não foi utilizado no segundo pavimento, que teve suas salas restauradas, observada a pintura decorativa.

O MR já está praticamente pronto, informa o arquiteto. Atualmente, está sendo concluída a recuperação das esquadrias externas e providenciada a descupinização do prédio. A calafetação do piso do primeiro pavimento sofrerá um pequeno atraso, pois houve necessidade de retirar os rodapés para



Fotos: Sylvio Clemente da Motta

Nos salões do MR, a proteção dada ao acervo durante as obras

injeção do produto utilizado no combate aos cupins.

A área útil do prédio principal do Palácio é de 1.200 m² aproximadamente, que somada aos 300 m² do espaço do terceiro andar do anexo, destinado ao circuito de exposições, totaliza 1.500 m² a serem ocupados pelo roteiro museográfico proposto pela equipe técnica.

Acervo

Constituído de cinco mil peças, 50 mil documentos e 4.800 livros, o acervo foi praticamente restaurado na quase totalidade durante os cinco anos de reformas. Cerca de 90% estavam comprometidos pelo precário estado de conservação em que se encontravam as dependências do Palácio. Entre as peças recuperadas, destaca-se a primeira bandeira da República, bordada em fios de ouro pelas filhas de Benjamin Constant, em 1890. Todo o trabalho de restauração do acervo foi executado com tecnologia própria da SPHAN/*pró*Memória, que vem atendendo pedidos de outras instituições como a Polícia Militar do Rio de Janeiro, que encaminhou ao MR duas bandeiras da Guerra do Paraguai para serem recuperadas.

O Palácio

Inaugurado em 1867 como residência do primeiro Barão de Nova Friburgo, Antônio Clemente Pinto, o Palácio do Catete ocupa a parte mais nobre de uma área arborizada de 24.000 m², que ficava junto ao mar. O edifício é, no gênero, um dos mais suntuosos do Brasil, constituindo-se num dos raros exemplares que restam das antigas mansões do Rio de Janeiro.

O Barão residiu ali por pouco tempo, pois faleceu três anos após a conclusão das obras. Seu filho, o Conde de São Clemente, herdou a residência, nela morando durante 15 anos. Em 1889, vendeu-a à Companhia do Grande Hotel Internacional, que, falida, repassou o imóvel ao Conselheiro Mayrink, para saldar dívidas. Em 1896, o edifício foi adquirido pelo Governo Federal, que resolveu transferir para lá a sede da Presidência da República, que até então funcionava no Palácio do Itamaraty.

A transferência foi efetivada no ano seguinte, após o imóvel passar por uma adaptação às suas novas funções. Instalou-se no Palácio do Catete o Vice-Presidente Manoel Vitorino Pereira, substituindo o Presidente licenciado Prudente de Moraes.

O Palácio foi sede do Poder Executivo até 1960, quando, por ocasião da transferência da capital para Brasília, foi transformado em Museu da República pelo Decreto 47.883/60 e inaugurado pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, funcionando até 1983 como Divisão do Museu Histórico Nacional. Em 11 de julho desse ano, o MR passou a ser uma unidade administrativa autônoma, vinculada à SPHAN/*pró*-Memória.

Os Presidentes do Brasil

Manuel Deodoro da Fonseca	15/11/1889 a 23/11/1891
Floriano Vieira Peixoto	23/11/1891 a 15/11/1894
Prudente José de Morais Barros	15/11/1894 a 10/11/1896
Manuel Vitorino Pereira	10/11/1896 a 04/03/1897
Prudente José de Morais Barros	04/03/1897 a 15/11/1898
Manoel Ferraz de Campos Sales	15/11/1898 a 17/10/1900
Manoel Ferraz de Campos Sales	08/11/1900 a 15/11/1902
Francisco de Paula Rodrigues Alves	15/11/1902 a 15/11/1906
Afonso Augusto Moreira Pena	15/11/1906 a 14/06/1909
Nilo Procópio Peçanha	14/06/1909 a 15/11/1910
Hermes Rodrigues da Fonseca	15/11/1910 a 15/11/1914
Venceslau Brás Pereira Gomes	15/11/1914 a 15/08/1918
Francisco de Paula Rodrigues Alves	Eleito, não chegou a tomar posse por motivo de saúde, falecendo a 16 de janeiro de 1919.
Delfim Moreira da Costa Ribeiro	15/11/1918 a 26/07/1919
Epitácio da Silva Pessoa	26/07/1919 a 15/11/1922
Artur da Silva Bernardes	15/11/1922 a 15/11/1926
Washington Luís Pereira de Souza	15/11/1926 a 24/10/1930
Júlio Prestes de Albuquerque	Eleito e proclamado, teve sua posse impedida pela Revolução de 1930.

Captação de recursos

Na linha da modernização de seus objetivos enquanto casa de cultura voltada para a sociedade, o Museu da República desencadeou uma campanha de captação de recursos que começa a apresentar os primeiros resultados: recentemente, através de acordo com as empresas Cininvest, o MR cedeu seus espaços para a filmagem da minissérie Abolição. *Em contrapartida, recebeu da firma produtora apoio material necessário à sua restauração, como tecidos para cortinas e serviços de costureiras. Acordo semelhante permitiu ao cineasta Júlio Bressane o uso do Museu para tomadas de seu filme* Os Sermões do Padre Vieira. *Bressane doou ao Museu peças para o laboratório de restauração, livros de registro e serviços de pessoas para exposições. Outro resultado da campanha: a Atlantic de Petróleo financiou a restauração dos chafarizes do parque do Museu e a recuperação da cobertura da área.*

A expectativa dos técnicos envolvidos na captação de recursos é que a demanda para utilização do Museu como locação para filmes e outros espetáculos vai aumentar a partir de sua reabertura. Além da contrapartida, que pode ser em forma de pagamento, serviço ou doação de acervo, o crédito para o MR é obrigatório. Para que peças não venham a ser danificadas, o MR não permite a utilização do seu acervo.



Foto: Arquivo SPHAN/*pró*Memória

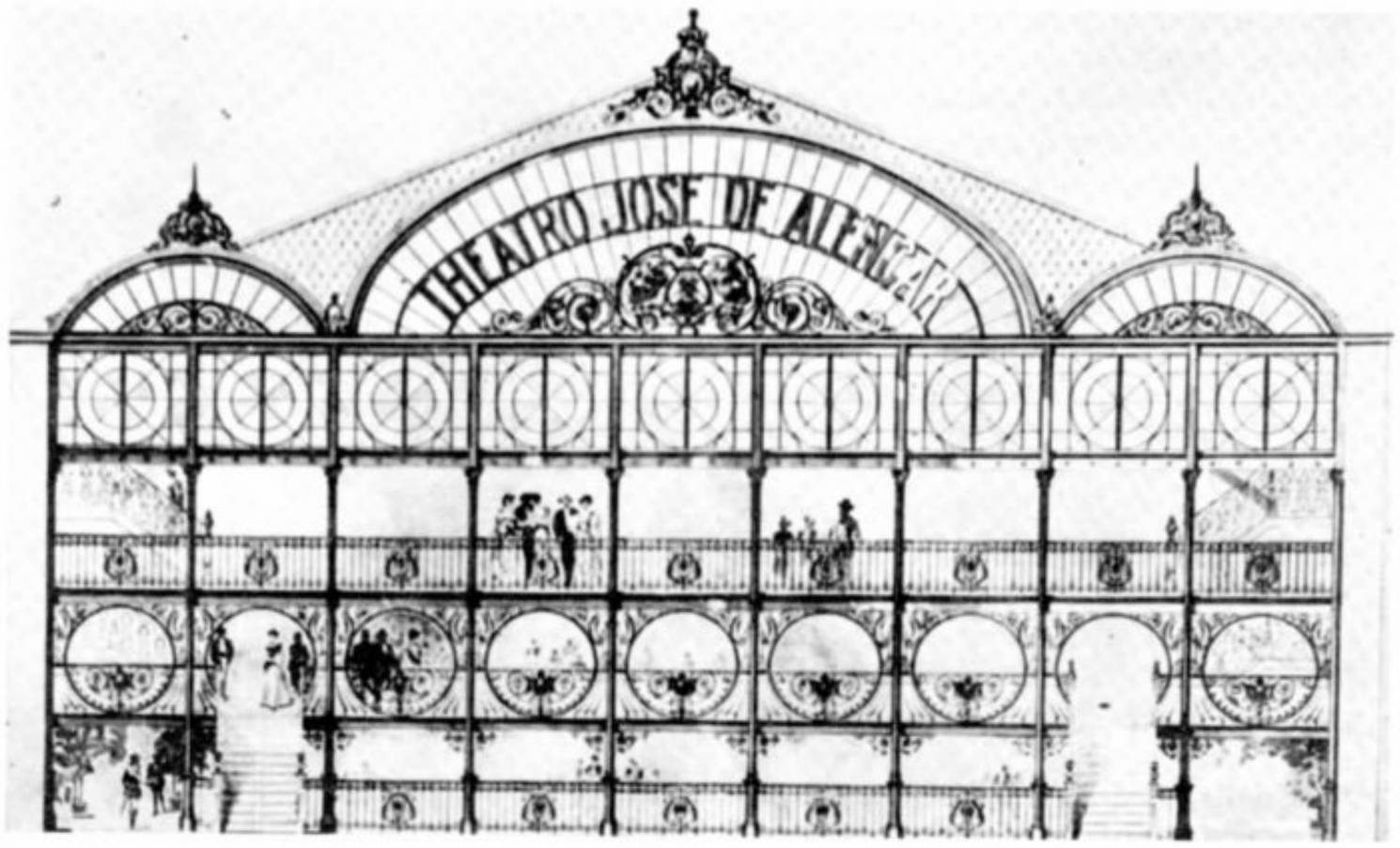
Diversas instituições interessadas no Centenário da República têm se dirigido ao MR à procura de assessoria, entre elas, a Fundação Roberto Marinho, a Editora Abril e a Biblioteca Nacional.

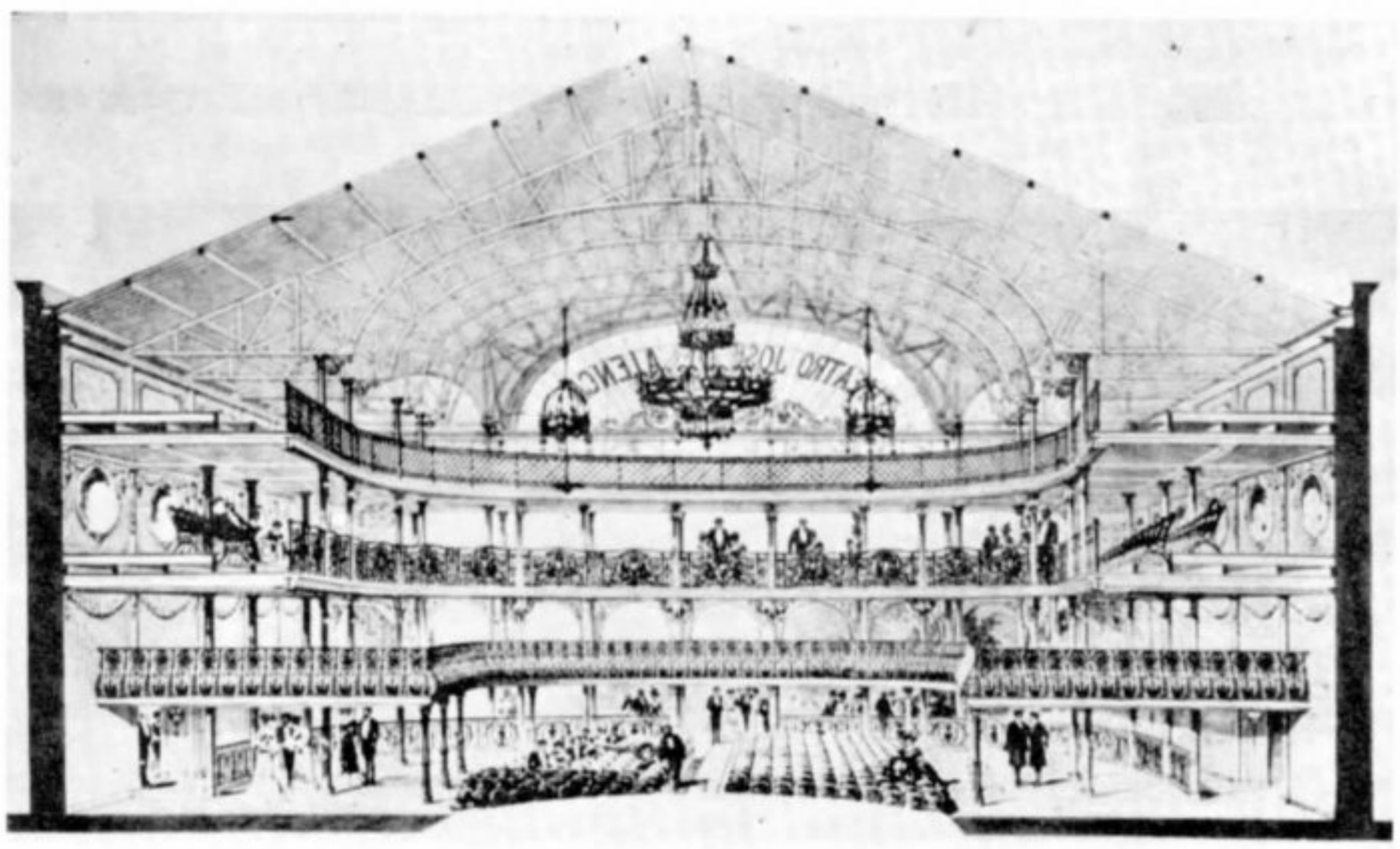
O MR pretende agilizar a criação da "Associação dos Amigos do Museu da República", para otimizar a captação de recursos, informa Nélson Moreira Júnior, responsável pela campanha. "Os comerciantes do Catete têm participado ativamente dos projetos culturais do Museu e a tendência é que essa participação aumente com a reinauguração", conclui.

Getúlio Dornelles Vargas	03/11/1930 a 29/10/1945
José Linhares	29/10/1945 a 31/01/1946
Eurico Gaspar Dutra	31/01/1946 a 31/01/1951
Getúlio Dornelles Vargas	31/01/1951 a 24/08/1954
João Café Filho	24/08/1954 a 08/11/1955
Carlos Coimbra da Luz	08/11/1955 a 11/11/1955
Nereu de Oliveira Ramos	11/11/1955 a 31/01/1956
Juscelino Kubitschek de Oliveira	31/01/1956 a 31/01/1961
Jânio da Silva Quadros	31/01/1961 a 25/08/1961
João Belchior Marques Goulart	07/09/1961 a 31/03/1964
Pascoal Ranieri Mazzili	02/04/1964 a 15/04/1964
Humberto de Alencar Castelo Branco	15/04/1964 a 15/03/1967
Arthur da Costa e Silva	15/03/1967 a 31/08/1969
Junta Militar (Augusto Rademaker, Aurélio de Lira Tavares, Márcio de Sousa e Melo)	01/09/1969 a 30/10/1969
Emílio Garrastazu Médici	30/10/1969 a 15/03/1974
Ernesto Geisel	15/03/1974 a 15/03/1979
João Baptista de Oliveira Figueiredo	15/03/1979 a 15/03/1985
José Sarney	15/03/1985



3.ª DR restaura Teatro José de Alencar e inaugura escritório





Nos desenhos de época, vistas externa e interna do Teatro

Responsável pela administração do patrimônio cultural dos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, a 3ª Diretoria Regional da SPHAN/*pró*Memória, sediada em Fortaleza, pretende, juntamente com o governo estadual, devolver à população local e, em especial, aos artistas cênicos, o Teatro José de Alencar totalmente restaurado. A obra, prevista para um ano de duração, trará ao monumento as feições originais da época de sua construção, 1910.

Com sua estrutura em ferro, o Teatro é um dos mais espetaculares exemplares da arquitetura brasileira. Erigido com material importado da Escócia, possui um requinte que será respeitado no trabalho de restauração.

Fechado há alguns meses por motivo de segurança, o Teatro José de Alencar terá recuperados a cobertura do "foyer" — a parte mais prejudicada —, a caixa do palco — em madeira, também de 1910 —, os camarins — que serão dotados de maior conforto — e a cobertura da parte central — platéia. Além disso, estão previstas também obras nas instalações elétrica, hidráulica, sanitária e de proteção contra incêndio, uma novidade no Teatro. Quanto à estrutura metálica, não será necessário uma recuperação total, já que essa foi alvo de restauração em 1974.

Segundo o Diretor da 3ª DR, Domingos Linheiros, o fechamento do Teatro provocou algumas reações entre a classe artística, mas a situação do imóvel, que é o principal espaço cênico no centro de Forteleza, já se mostrava muito precária, com risco de acidentes. "O Teatro José de Alencar é antigo e vinha sendo mal utilizado, o que agravou ainda mais sua deterioração. É uma casa dotada de fino mobiliário, com cadeiras de palhinha, e um show de grande apelo popular torna-a muito vulnerável. Ficou acertado entre a SPHAN/*pró* Memória, a Secretaria de Cultura do Estado e a direção do Teatro que, após a conclusão da restauração, o espaço será utilizado somente para espetáculos condizentes com sua infra-estrutura."

O custo da obra está estimado em dois milhões e oitocentos mil cruzados novos, a maior parte por conta do Governo do Estado, que entrará com recursos próprios, e, provavelmente, com o apoio de algumas empresas. À SPHAN/*pró*Memória caberá, além do acompanhamento e assistência técnica, a participação financeira, principalmente no tocante aos trabalhos de pintura, considerados muito complexos.

Prioridades

Além do Teatro José de Alencar, a 3ª DR definiu algumas outras prioridades ainda para este ano. Segundo o Diretor Regional, o mais importante é dar continuidade às obras já iniciadas e cuidar das emergenciais.

No Estado do Ceará, a 3ª DR dará continuidade à recuperação da sua própria sede, que teve o prédio principal restaurado, faltando agora a recuperação do anexo. Continuarão também as obras na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, na cidade de Aracati, que há mais de 30 anos não recebe recursos dos órgãos oficiais. Junto à Prefeitura de Fortaleza estarão em andamento ainda as obras do Passeio Público.

Outra obra de peso é a restauração da antiga Assembléia Provincial, atual sede da Academia Cearense de Letras, executada juntamente com o governo estadual. Após a restauração do prédio, pretende-se instalar no local, além da Academia, a pinacoteca do Estado.

Na cidade de Vila-Flor, no Rio Grande do Norte, a 3ª DR dará continuidade ao trabalho de arqueologia histórica (*SPHAN/pró*Memória nº 40, pág. 7), em convênio com a Universidade Federal de Pernambuco. Este trabalho vem revelando as origens de antiga Missão Carmelita e do assentamento indígena que lá existia.



N. Sr.ª do Rosário . . .



. . . N. Sr.ª da Conceição . . .

No Rio Grande do Norte, atualmente, a maior novidade no âmbito da 3ª Diretoria Regional é a conclusão das obras do Escritório Técnico da SPHAN/*pró*Memória, em Natal, inaugurado no dia 28 de março, em solenidade que contou com a presença de diversas autoridades. Desde sua criação, o ET Natal funcionava precariamente em uma sala cedida pela Delegacia do MEC.

Situado numa área privilegiada da cidade, entre dois imóveis tombados a nível federal — o Museu Café Filho e o Palácio Potengi, sede do Governo estadual —, o prédio do Escritório Técnico foi adquirido em 1987 e desde aquela época veio sendo restaurado. É um imóvel do final do século XIX, de grande valor para a cidade por ser conhecido como a Casa do Padre João Maria, tido como santo popular em Natal.

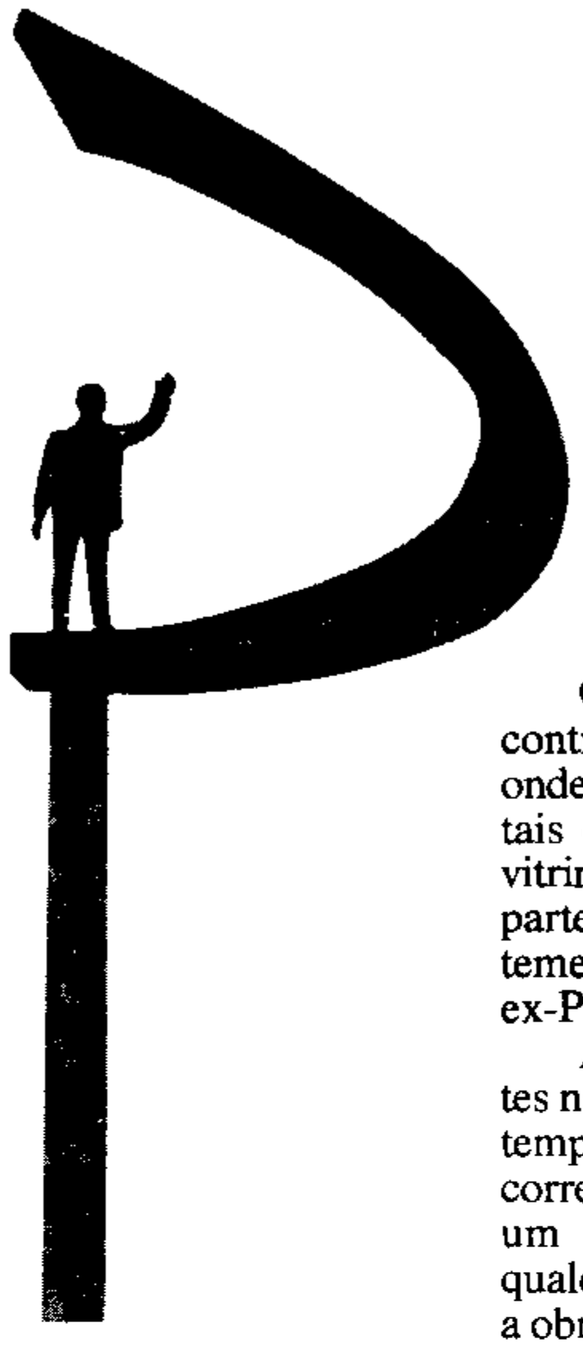
Segundo ainda o Diretor da 3ª DR, o novo espaço abrigará também um núcleo de restauração de bens móveis e oferecerá à população local uma opção para atividades culturais, como exposições e lançamentos de livros, entre outras. Com isso, a SPHAN/*pró* Memória terá daqui por diante uma estrutura adequada para atender às necessidades do Rio Grande do Norte na área do patrimônio.



. . .e N. Sr.ª do Parto:
imagens do acervo da Igreja Matriz do Rosário

Fotos: Arquivo SPHAN/*pró*Memória

Memorial JK é incorporado à SPHAN/ *pró*Memória



Desde o dia 21 de março passado o Memorial Juscelino Kubitschek (MJK), em Brasília, está oficialmente incorporado à SPHAN/*pró*Memória, através da Lei 7.743, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente José Sarney. A SPHAN/ *pró*Memória fica, assim, responsável pelos custos de manutenção e conservação do MJK, que tem por objetivos "guardar, preservar e conservar os restos mortais do Presidente Juscelino Kubitschek e a sua memória". O ato não retira a autonomia administrativa do Memorial, que continua sendo gerenciado por uma direção própria.

A iniciativa foi tomada pela direção do MJK, que, em 1982, solicitou ao Deputado Federal João Herculino, de Minas Gerais, a apresentação de um projeto-de-lei determinando que os custos de manutenção e conservação do Memorial passassem à competência da SPHAN/*pró*Memória. Somente em 1985 o projeto foi aprovado pelo Congresso e remetido à sanção presidencial. Resta agora a regulamentação da Lei, cuja minuta está sendo apreciada pelo Ministério da Cultura.

A administração do MJK justifica a incorporação explicando que a entidade não dispõe de recursos financeiros suficientes para arcar com a sua manutenção e conservação. A medida, segundo o secretário-geral do MJK, Affonso Heliodoro dos Santos, "é um grande passo para a garantia da preservação de um dos mais importantes museus do país, que guarda e difunde a memória de um grande estadista e de um período importante da vida brasileira".

Memorial

Projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e ocupando uma área construída de 5.000 m², nas proximidades do Palácio do Buriti, sede do Governo do Distrito Federal, que cedeu o terreno, o MJK foi inaugurado no dia 12 de setembro de 1981, data do 79.º aniversário natalício de Juscelino. O monumento foi edificado à custa de doações da população e de governos estaduais.

Para cumprir com seus objetivos, o MJK dispõe de um acervo fotográfico-documental e peças diversas que pertenceram a JK ou a ele se referem. Esse material foi utilizado na montagem do museu e através dele é realizada a divulgação não só do período de governo do ex-Presidente como também de sua vida. O MJK dispõe, ainda, da biblioteca de Juscelino, com mais de três mil volumes nas áreas de literatura, história, medicina, arte, economia, política, biografias, etc.

O museu propriamente dito encontra-se ao lado da cripta mortuária, onde estão depositados os restos mortais de JK, e compõe-se de painéis, vitrinas e módulos contendo grande parte do acervo do MJK, permanentemente exposto, doado pela família do ex-Presidente.

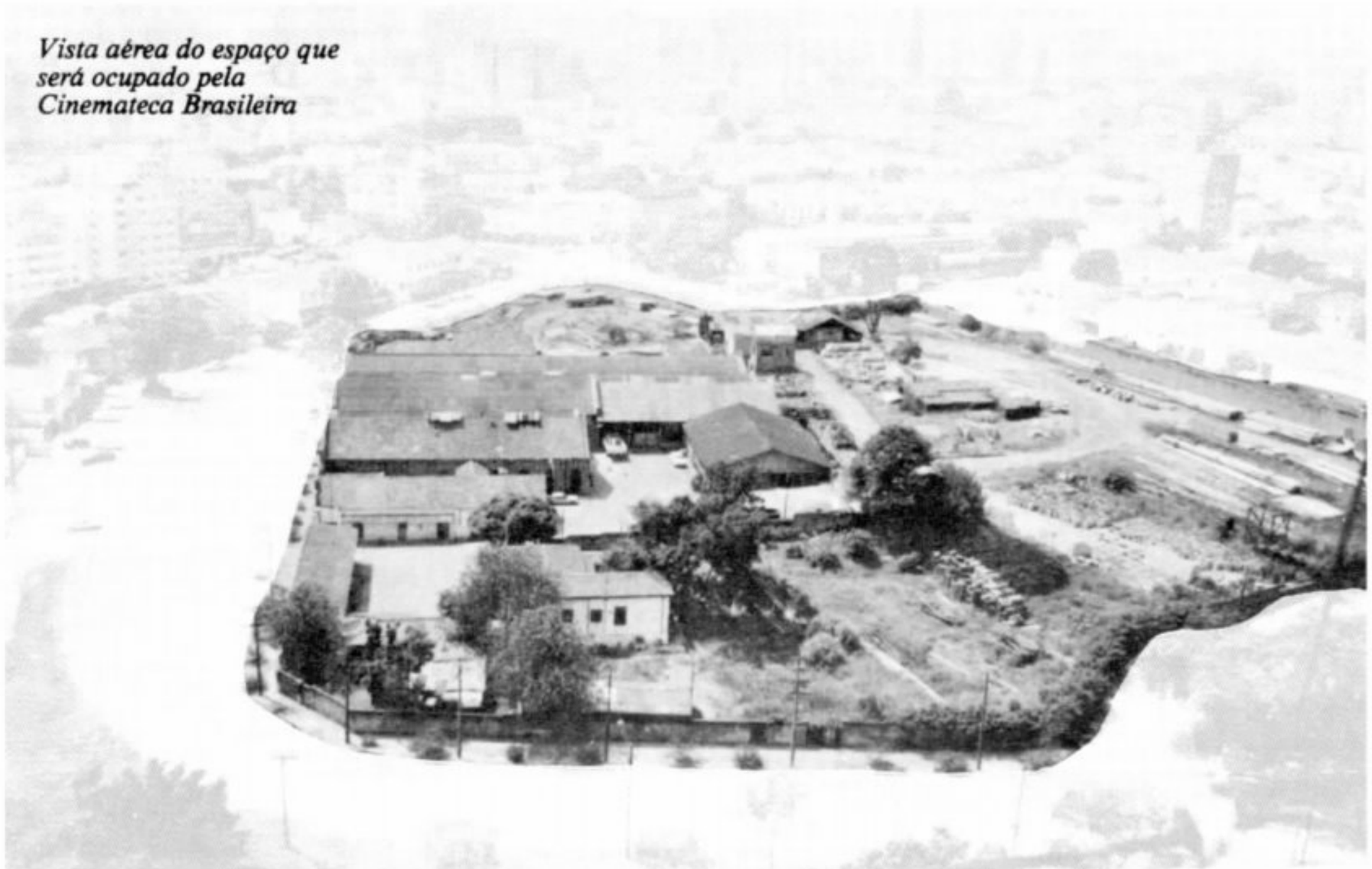
Além das exposições permanentes no museu, o MJK realiza mostras temporárias no *hall* de entrada e nos corredores, sempre que uma data ou um acontecimento histórico tenha qualquer relacionamento com a vida e a obra de JK. No auditório, com capacidade para 310 pessoas, são realizados espetáculos — cinema, teatro, concertos — e conferências, cursos e outras atividades. Ainda no auditório, são exibidos, nos fins de semana, programas de projeção de eslaides sobre a história de Brasília e de seu fundador.

O MJK dispõe, também, de uma sala de pesquisas, responsável por todo o acervo (guarda, tombamento, conservação, recuperação, arquivo, etc.). O setor conta com professores capacitados a prestar informações sobre a vida e obra de Juscelino. A sala é freqüentada, principalmente, por escritores, estudantes de todos os graus, jornalistas e outras pessoas interessadas no assunto.

Segundo o secretário-geral do MJK, "hoje já há uma consciência de que o MJK é, realmente, o lugar apropriado para a guarda de objetos que pertenceram a JK ou que se referem à sua vida e obra. Por isso, recebemos quase que diariamente esses objetos".

O MJK mantém um convênio com a Fundação Educacional do Distrito Federal, através do qual realiza um trabalho junto à rede escolar, levando, através de professores, palestras, projeções de eslaides e mostra de cartazes contando a história de Brasília e a vida e a obra de JK. Ao final de cada ano, promove concursos entre os alunos com premiações que incluem viagens a Belo Horizonte e Diamantina, cidade natal de Juscelino Kubitschek.

Cinemateca Brasileira: mudar para crescer



Vista aérea do espaço que será ocupado pela Cinemateca Brasileira

A Cinemateca Brasileira, da SPHAN/*pró*Memória, poderá desempenhar sobejamente o papel que lhe cabe na tarefa de preservação da memória nacional: ser o grande arquivo de imagens de cinema e vídeo do Brasil e o principal centro formador de pessoal técnico para cinematecas de toda a América Latina, título que lhe foi conferido pela Associação Internacional de Cinematecas e pela UNESCO, instituição filiada à Organização das Nações Unidas. Isso se tornará possível com a mudança da Cinemateca Brasileira, dentro de dois anos, para o prédio do antigo Matadouro Municipal de São Paulo (SP), que deverá ser restaurado e adaptado à sua nova função.

Estão sendo feitos contatos com empresas privadas e junto aos governos municipal, estadual e federal a fim de obter os recursos necessários para que a instituição possa, de fato, tornar-se o maior centro integrado de pesquisa, restauro e arquivo de imagens da América Latina.

A Cinemateca Brasileira vem, há algum tempo, enfrentando problemas quanto à instalação de suas dependências, que se encontram dispersas em três prédios da Prefeitura de São Paulo. Durante o ano passado, ainda na gestão do Prefeito Jânio Quadros, foi iniciado o processo de obtenção de um espaço único. Contatos foram feitos com a Prefeitura solicitando apoio e, posteriormente, um pedido formal, que obteve resultado positivo. A Prefeitura encaminhou projeto-de-lei para a Câmara Municipal, onde foi aprovada a concessão do espaço — cerca de 12 mil metros quadrados — do antigo Matadouro Municipal à Cinemateca, por 40 anos. A condição é de que o prédio seja restaurado e ocupado num prazo de dois anos.

Tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo — CONDEPHAAT, em março de 1985, o antigo Matadouro, situado no bairro de Vila Mariana, zona sul de São Paulo, tem servido de depósito de postes de luz da Prefeitura. A mudança da Cinemateca para o local proporcionará a reunião, em um único espaço, do acervo da Instituição — 115 mil rolos de filmes, atualmente em um depósito no município de Cotia, a 35 quilômetros de São Paulo —, do laboratório de restauração, que se encontra instalado no Parque do Ibirapuera, e mais três auditórios e um grande salão de consulta e exposições.

Restauração

Para abrigar a Cinemateca, o Matadouro Municipal será totalmente restaurado, além de estarem previstas novas edificações no local, onde serão instalados os auditórios, o laboratório e o depósito de filmes. Os três galpões que compõem o Matadouro serão transformados em uma grande área de consulta, com cabinas individuais para vídeo e um salão destinado a exposição de novas tecnologias de som e imagem. Dessa forma, o usuário terá acesso a todo tipo de informação relativa à memória cinematográfica — e de vídeo — do Brasil, como filmes, microfilmes, cartazes, fotos, entre outros. As consultas serão feitas no local.

O projeto de restauração do antigo Matadouro e construção de novas edificações já está pronto e é de autoria do escritório paulistano Yurguel, Machado e Rodrigues Arquitetos Associados. A 9.ª Diretoria Regional da SPHAN/*pró*-Memória, sediada em São Paulo, vem acompanhando desde o início a elaboração do projeto e participará também das obras de restauração.



Futuras instalações da Cinemateca, ainda por restaurar

O novo espaço ampliará a capacidade de armazenamento da Cinemateca e permitirá uma melhoria na prestação de serviços de restauração de filmes, não só do acervo brasileiro, como também de outros países, uma vez que a Instituição possui hoje acervo e técnica reconhecidos internacionalmente. O projeto prevê, também, uma área destinada à realização de cursos de treinamento e técnicas de restauro, com capacidade para receber visitantes do Exterior.

De acordo com o diretor-executivo da Cinemateca, Carlos Augusto Calil, os contatos para captação de recursos estão obtendo sinais favoráveis de empresas privadas e instituições governamentais. O projeto para a nova Cinemateca conta com um apoio muito importante na pessoa do escritor colombiano e Nobel de Literatura, Gabriel García Márquez, presidente da Fundação do Novo Cinema Latino-Americano. Ao tomar conhecimento do projeto, o escritor ficou tão bem impressionado que se propôs a intermediar doações de equipamentos para a Cinemateca, através dos contatos que mantém com empresários, produtores e fundações dos Estados Unidos e Europa.

O prédio

O Matadouro Municipal de São Paulo foi inaugurado a 21 de junho de 1887. Sua construção resultou da realização de um concurso público aberto pela Câmara Municipal em 1884, a partir da necessidade de um local "com proporção para o corte de cem reses, sessenta porcos e cincoenta carneiros", segundo o documento referente ao processo de tombamento do imóvel. A concorrência foi vencida por Alberto Kuhlmann, construtor da Companhia de Carris de Ferro São Paulo-Santo Amaro. O segundo lugar ficou para Ramos de Azevedo, conhecido arquiteto responsável pelo projeto do Teatro Municipal de São Paulo.

O Matadouro integra o conjunto de edifícios da "segunda fundação de São Paulo" — denominação dada por alguns historiadores ao período iniciado no final do século passado, com a substituição da cidade construída em taipa, então com 40 mil habitantes, pela de tijolos. Pelos números citados, tem-se uma idéia das dimensões da "velha São Paulo" no século passado, tão distante da megalópole que hoje constitui a maior cidade brasileira e uma das maiores do mundo.

De acordo com o parecer do CONDEPHAAT, apesar de encontrar-se bastante desfigurado, o prédio do Matadouro "contém ainda boa parte de suas características originais". A existência de fotos da época permitirá o resgate de sua feição original, facilitando em muito o trabalho de restauração do imóvel. Entre as várias modificações sofridas, destacam-se a substituição dos lanternins — pequenos telhados de vidro que se sobrepõem ao telhado principal — diminuindo a inclinação original da cobertura, feita com telhas francesas, o fechamento de parte dos vãos internos e o revestimento de algumas paredes.

O Largo Senador Raul Cardoso, onde se localiza a fachada principal dos galpões do Matadouro, mantém as mesmas características urbanísticas do início do século, segundo o projeto de restauração, constituindo-se assim em um dos últimos verdadeiros largos da cidade. Ainda hoje com piso de paralelepípedos, o largo servia de pátio de manobras para os bondes que transportavam carne.

Atrás do Matadouro ficavam os chiqueiros e mangueiras, hoje inexistentes. Nesse local serão construídos o laboratório e os depósitos da Cinemateca. Esse núcleo poderá ser construído subterraneamente, proporcionando dessa maneira a manutenção da paisagem original.

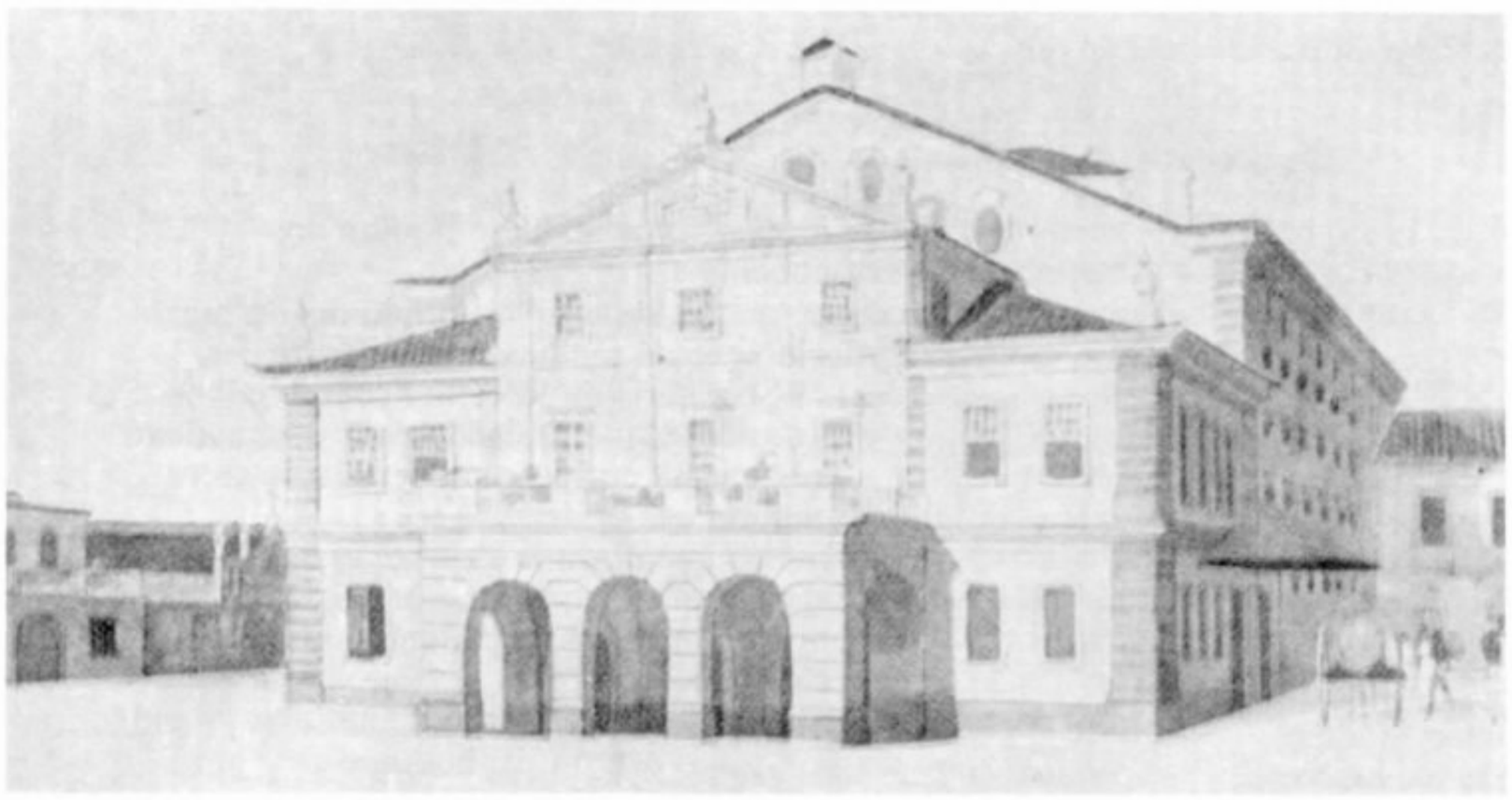
Fotos: Anita Hirschbruch



Detalhe das dependências, em bom estado de conservação

Passado ***Presente***

Teatro João Caetano



Na aquarela de Thomas Ender, de 1817, o primeiro registro iconográfico do Real Teatro de São João

Com a transferência da sede do Governo português para o Rio de Janeiro, em 1808, a cidade adquiriu foros de grande metrópole, passando a ser, embora provisoriamente, a Capital do Reino Unido de Portugal e Algarves. Impunha-se pois a construção de um grande teatro para fazer face aos hábitos europeus da Corte recém-chegada e digno da capital de reino tão importante.

Adquirido o terreno em 1809 no Rossio Grande (atual Praça Tiradentes) por Fernando José de Almeida, o Fernandinho — tipo insinuante e subserviente que chegara ao Rio em 1801 como cabeleireiro, e dado o seu feitio comunicativo e o seu espírito atilado veio a enriquecer —, a obra teve início de imediato, obedecendo a projeto de João Manuel da Silva. Três anos depois, passava a existir o Real Teatro de São João.

Contam as crônicas da época que nos alicerces do teatro foram utilizadas muitas pedras destinadas ao edifício da antiga Sé — que seria construída no local onde hoje se encontra a Escola Nacional de Engenharia, no Largo de São Francisco — e o povo supersticioso daquele tempo não viu nisso um bom presságio: o aproveitamento das pedras da igreja, de objetivo sagrado, em casa de espetáculos profanos lhe causava arrepios. . .

Todavia, a edificação prosseguiu, e em 12 de outubro de 1813 era afinal inaugurado o teatro com *O Juramento dos Numes*, de Marcos Portugal. O então Príncipe Regente D. João e toda a Corte compareceram à cerimônia, o que constituiu verdadeiro acontecimento social e artístico.

Durante muito tempo tido como o maior teatro do Brasil, era vasto o São João: a platéia comportava 1.020 pessoas e em torno havia quatro ordens de camarotes, sobressaindo ainda o pri-moroso pano-de-boca — uma pintura de José Leandro da Costa, representando a entrada da esquadra portuguesa na Baía de Guanabara conduzindo a Família Real.

Vários acontecimentos históricos ligam-se ao teatro:

— A 26 de fevereiro de 1821, após haver jurado a Constituição, D. João VI, acompanhado de toda a Corte, assistiu em récita festiva à ópera *La Cenerentola*, de Rossini.

— A 15 de setembro de 1822, retornando de São Paulo após a gloriosa jornada do dia 7, D. Pedro compareceu ao espetáculo promovido em sua homenagem, quando a legenda "Independência ou Morte" foi lembrada com entusiasmo.

— Nessa mesma noite, horas depois de terminada a função, um acontecimento doloroso sacudiu a cidade: o Teatro São João ardia em fogo.

— A 26 de janeiro de 1856 um novo incêndio consumia o já então Teatro São Pedro de Alcântara, reduzindo-o a escombros.

Na administração do Prefeito Alaor Prata, recebeu, por decreto de 24 de agosto de 1923, o nome de Teatro João Caetano, em homenagem ao grande ator, que permanece até nossos dias.



Foto: Sylvio Clemente da Motta

O atual Teatro João Caetano, numa reconstrução arquitetônica amorfa não condizente com a sua essência

Opinião

Uma proposta estrutural para a Lei Sarney

LUIZ ROBERTO DO NASCIMENTO E SILVA *

A Lei 7.505, promulgada em 2 de julho de 1986, bem como o Decreto n.º 93.335, de 3 de outubro de 1986, que a regulamentou, e a própria práxis da produção cultural ocorrida nesse período nos permitem uma análise dessa legislação no universo da produção cultural brasileira.

Evidentemente que existem diversos aspectos concretos a merecerem aperfeiçoamento no tocante à Lei Sarney. Entre esses, poderíamos citar modificações na Instrução Normativa n.º 50/87, a possibilidade de as empresas calcularem o seu benefício fiscal levindo em conta a alíquota normal do IR acrescido do adicional e por último a modificação do Ato Declaratório n.º 30.

Todavia, nossa abordagem nesse artigo não será tão técnica mas sim de natureza estrutural. Não que esse aperfeiçoamento e correções técnicas devam ser relegados a um segundo plano, mas apenas porque julgamos que é necessário uma abordagem estrutural dos conflitos na área da Lei Sarney.

Todo o processo de sedimentação de uma lei nova é forçosamente lento e complexo. As leis, como algumas idéias, custam muitas vezes a ser corretamente entendidas pelos homens e pelos tribunais. A Lei de Sociedades Anônimas, só para citar um exemplo, promulgada em 1976, apenas recentemente começa a ser dissecada e interpretada pelos tribunais. Portanto, alguns poucos anos constituem um prazo relativamente exíguo em termos de sedimentação legal.

Por outro lado, a Lei Sarney, desde sua instituição, tem se caracterizado pela dicotomia em sua regulamentação. Se bem que ela seja formalmente fruto da concepção do Ministério da Cultura, o seu caráter fiscal gera reflexos no Ministério da Fazenda. Administrar essa duplicidade de interesses em choque é certamente das tarefas mais difíceis.

Ao longo do processo de sedimentação da Lei 7.505/86, foram editadas diversas normas complementares a esse texto legal — Portarias, Instruções Normativas, Atos Declaratórios e demais atos de hierarquia inferior. Vários desses dispositivos legais foram elaborados pelo Ministério da Fazenda, outros são de lavra do Ministério da Cultura. Normalmente o Ministério da Cultura tem legislado com mais generosidade, cuidando especialmente de aspectos gerais da Lei Sarney. Já a legislação emanada do Ministério da Fazenda tende a ser mais restritiva, disciplinando aspectos procedimentais da lei, seja do ponto de vista contábil, seja do ponto de vista fiscal.

Ocorre que muitas vezes essa legislação acaba por ser conflitante, o que faz com que o investidor da área cultural se afaste das operações envolvendo a Lei Sarney. Por exemplo: em dezembro de 1987 foi publicado o Decreto n.º 95.485, permitindo que as empresas realizassem doações ou patrocínio após o encerramento do balanço, excluindo do lucro líquido o valor da despesa realizada e *adicionando esse mesmo valor* ao lucro líquido do período-base subseqüente.

Posteriormente, no dia 29/4/1988 (último dia do prazo para entrega da declaração de rendimento por parte das pessoas jurídicas), a Secretaria da Receita Federal baixou o Ato Declaratório n.º 30/88, modificando essa sistemática e fazendo com que houvesse correção monetária do valor excluído do lucro líquido.

Ora, muito mais do que discutir a correção ou não da medida, o que pretendemos demonstrar é que essas mudanças feitas unilateralmente por qualquer um dos órgãos acabam por retirar a confiança tão necessária no mundo dos investimentos. Os ingleses já diziam que "a old tax is a good tax", ou seja, que um velho imposto é um bom imposto. Em matéria tributária é fundamental uma certa permanência dos critérios adotados de forma a que haja confiança do contribuinte na regra do jogo.

Já foram publicadas duas Portarias conjuntas firmadas pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério da Cultura, mas só que se tratam de textos legais que regulam aspectos sem especial relevância. A Portaria Interministerial n.º 2, de 24/11/1987, para citar um exemplo, diz respeito à necessidade de auditoria independente nas empresas que receberem recursos pela Lei Sarney de mais de 2.000 OTN's. Trata-se de uma disposição adjetiva por assim dizer, sem regular qualquer aspecto substantivo da Lei Sarney.

Em resumo: acreditamos que a aproximação entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Fazenda, consubstanciada através de textos legais conjuntos, poderá ser extremamente benéfica para o futuro da Lei Sarney. Com efeito, a retração que ora se encontra nas operações envolvendo a Lei 7.505/86 deve-se ao temor que tem o contribuinte de que o estabelecido hoje seja modificado amanhã.

Poder-se-ia, inclusive, constituir uma comissão permanente entre os dois Ministérios que resolvesse dúvidas e controvérsias sobre a aplicabilidade dos incentivos fiscais concedidos pela Lei 7.505/86. Todas as consultas versariam sobre um caso concreto e a resposta emanada dessa comissão teria força normativa. Alguma coisa próxima do instituto de consulta tributária, através do qual o contribuinte dissipa suas dúvidas sobre a aplicabilidade da legislação tributária a um caso concreto.

Trata-se de uma forma de dar garantia ao contribuinte em relação ao seu projeto. Essa garantia permitiria uma maior transferência de recursos do setor privado para a área cultural. Sem a certeza da interpretação de vários aspectos da lei, e a garantia dos benefícios fiscais por ela concedidos, os recursos continuarão a ser transferidos com muita lentidão como estão sendo agora.

---

* *Luiz Roberto do Nascimento e Silva é advogado no Rio de Janeiro e Professor de Direito Tributário na Faculdade Cândido Mendes.*

Entrevista

A 11ª Diretoria Regional da SPHAN/*pró*Memória, localizada na Rua Boulevard Dr. Vivaldo Lima, 13/17, em Manaus, foi implantada há dois anos e é a responsável direta pela preservação do Patrimônio Cultural e Natural nos Estados do Acre, Roraima e Amazonas.

Nesta entrevista, Ana Lucia Nascentes da Silva Abrahim, diretora daquela DR, fala dos problemas para adequar os instrumentos de trabalho da Instituição às especificidades da Região, e analisa as questões da política de preservação da Amazônia, do meio ambiente e da memória cultural.

— Para melhor posicionar nossos leitores a respeito da 11ª Diretoria Regional da SPHAN/*pró*Memória, *você poderia explicar como se deu o seu processo de implantação?*

AL — O processo de implantação da 11ª DR está se dando com a dificuldade previsível num momento difícil da administração pública brasileira, marcado por inúmeras indefinições e muitas restrições, sobretudo quanto a recursos humanos. A situação que tínhamos antes da sua criação era essa grande Amazônia, gerenciada pelo colega Jorge Derenji, diretor da 1ª DR, em Belém, e uma vaga noção do seu potencial arqueológico e cultural, sobretudo. Mas, em termos de um real conhecimento de acervo histórico, arquitetônico, documental e natural, só se havia iniciado o inventário no Estado do Pará, até pela prioridade do belo e maciço acervo da cidade de Belém. Então, em 1985, tudo o que ficava a oeste da capital paraense, principalmente quanto aos acervos urbanos, não era considerado relevante, excluindo, é claro, o Teatro Amazonas. Isso, acredito, mais por desconhecimento que por preconceitos quanto ao estilo da arquitetura desses centros, eclética em quase sua totalidade. Nessa época, eu trabalhava para a Prefeitura Municipal de Manaus, na equipe que montava a Secretaria de Planejamento Urbano, e a preservação do patrimônio surgiu como questão paralela à do próprio planejamento municipal, e emergiu durante a execução do cadastro arquitetônico do centro histórico urbano de Manaus, em 84 e 85. Nessa releitura da Manaus, pós-Zona Franca, nos foi sendo revelada a dimensão desse acervo eclético muito rico e, acima de tudo, muito presente. Ficou claro, também, que era preciso fazer um inventário criterioso dessa área central, para compatibilizar sua proteção com a legislação municipal que não o previa. Foi quando, junto com o Escritório Técnico da 1ª DR, em Manaus, tendo à frente Ana Cláudia Alves Aguiar e o Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio, montamos um protocolo de intenções para sedimentar esta ação que significava, na verdade, pensar Manaus pela primeira vez. De 85 a 87, executamos a primeira fase do inventário do patrimônio ambiental urbano da cidade de Manaus, onde a SPHAN/*pró*Memória entrava com sua experiência metodológica, orientando em momentos nos quais a administração local não sabia como proceder. O resultado dessa experiência foi o dimensionamento de uma nova demanda de trabalho na região, que justificava a criação de uma agência de proteção de patrimônio para a Amazônia Ocidental. Estava criada a 11ª DR.

"Existe uma coisa que sempre foi muito importante para mim: a implantação de um serviço de preservação de patrimônio na Amazônia, e foi por isso que eu aceitei assumir a DR."

— Você é funcionária cedida pela Prefeitura Municipal de Manaus. Como fica a questão de você ter que fiscalizar, inclusive, ações da própria Prefeitura e, se necessário, usar o poder de polícia conferido por Lei?

AL — Olha, antes de mais nada é preciso saber, exatamente, o que se quer em termos do próprio trabalho. Existe uma coisa que sempre foi muito importante para mim: a implantação de um serviço de preservação de patri-

"É preciso, neste aspecto de fiscalização, que não existam dúvidas, as coisas podem ou não podem. Não sou eu quem determina, mas a lei à qual me cabe cumprir, e acabou."

mônio na Amazônia, e foi por isso, acho, que aceitei assumir a DR — um verdadeiro desafio. Dentro dessa questão de preservação eu me acho uma figura bastante híbrida, pois venho atuando ora em nível municipal, ora em nível federal, ora em instituições privadas. Essa vivência me dá uma visão mais abrangente da causa e me obriga a uma postura e a um comprometimento maior com o foco da questão: o homem e a qualidade da sua vida. Quanto ao poder de polícia, não há o que pensar. Ele existe para ser aplicado devidamente. Em certas circunstâncias você ser legalista e radical funciona. É preciso, nesse aspecto de fiscalização, que não existam dúvidas, as coisas podem ou não podem. Não sou eu quem determina, mas a lei à qual me cabe cumprir, e acabou. Principalmente neste momento do País, quando tudo tende a se polarizar entre bem e mal, não há espaço para meios-termos.

— Como você analisa a atuação das Prefeituras municipais na área de preservação de patrimônio, no dia-a-dia dos trabalhos ligados a essa questão?

AL — Constitucionalmente, a Prefeitura é a única instituição que administra, em todos os níveis, até socialmente falando, os inúmeros detalhes ligados à vida de uma cidade. A Prefeitura administra do esgoto ao teatro, é a única que tem a total gerência sobre o espaço urbano e também a única que pode efetivar essa gerência. É a responsável, ainda, pela manutenção da qualidade de vida para o cidadão, que é, em primeira e última instâncias, o objeto da preservação. O que se preserva é a vida, não só a natureza, a arquitetura ou a arqueologia. A gente compartimenta apenas para efeito metodológico, porque o que se procura preservar é a vida. Você preserva a memória para o homem, o ontem para o amanhã, e quem mexe com o cotidiano do homem são as prefeituras, com seus códigos e sua fiscalização.

— E você acha que as prefeituras já têm consciência disso — de que este trabalho de base, tão importante, está nas mãos delas?

AL — De uns anos para cá eu acho que as coisas estão melhorando. Tenho participado de muitas reuniões municipais, algumas de âmbito nacional, que enfocam exclusivamente a questão do patrimônio cultural. E, do Acre a São Paulo, venho tendo surpresas, principalmente por parte das prefeituras de municípios menores, preocupadas em preservar seus pequenos e queridos acervos. O interesse pela preservação é hoje uma idéia que está bastante disseminada, e com o advento da nova Constituição, nitidamente descentralizadora, os municípios disporão de mais recursos para firmar parcerias com a SPHAN/*pró*Memória, que provavelmente atuará mais em nível de assessoramento técnico. Afinal, muitos municípios sabem o que querem preservar e para que preservar; mas, por vezes, não sabem como proceder, tecnicamente falando. A situação anterior à nova Constituição está agora diferente, e a democratização do saber que os órgãos federais detêm, antes tão bem guardada e tão mal repassada, também tem que ser repensada. É importante, contudo, que esse repasse de conhecimentos seja feito com muita seriedade. Com a mesma seriedade que aqueles que passam a saber o que é a SPHAN/*pró*Memória, e percebem a importância que o patrimônio cultural possui, passam a valorizar o ato de preservar.

*— Falando um pouco sobre a Amazônia, como é ser diretora regional da SPHAN/pró*Memória *em um lugar onde o testemunho arquitetônico é tão menos presente que o patrimônio natural?*

AL — Quando fui convidada para implantar a DR, esta foi uma questão que levantei para os dirigentes da SPHAN/*pró*Memória à época: se havia, de fato, interesse em se anexar esse vasto território amazônico ao mapa de proteção do Patrimônio. Teríamos que o inventariar e o conhecer. Como fazer isso? Certamente exigiria novas metodologias de trabalho, aparelhamento da equipe com profissionais como geógrafos ou ecologistas. Aliás, essa tarefa — a preservação do Patrimônio Natural — já estaria prevista no próprio Decreto-lei nº 25, de 1937, que

"O que se preserva é a vida, não só a natureza, a arquitetura ou a arqueologia. A gente compartimenta apenas para efeito metodológico, porque o que se procura preservar é a vida."

institui o serviço de preservação do patrimônio no Brasil. Além disso, numa região sem a presença de igrejas e fortes, e nada de um passado setecentista em cidades relativamente jovens, numa região que ainda foi mal ocupada, qual a prioridade dessa ação no momento? Boa parte do mundo está agora com a atenção voltada para essa questão. Acredito que as próprias circunstâncias se incumbam de priorizar as ações. Mas é preciso, da nossa parte, uma relação constante e estarmos bastante atentos para que a nossa posição seja sempre muito clara e possamos agir com firmeza. Essa questão, da preservação do patrimônio natural, é, acima de tudo, um fator de equilíbrio. Seria o somatório dos vários inventários: da SPHAN/*pró*Memória, INPA, IBDF, Prefeituras e Estados aliados numa política única para a Região.

— E a possibilidade de internacionalização da Amazônia, como você vê essa temática tão discutida hoje em dia?

AL — A realidade desse debate ainda não foi desnudada, evidenciada. Existem, há anos, várias teses sobre a internacionalização da Amazônia. Mas isso é o que menos me preocupa. Porque o grande problema é o que o nosso Governo, em nome da soberania nacional, vem fazendo na Região: uma política fundiária econômica e de incentivos fiscais, altamente concentradora de renda e de terras, bastante equivocada quanto às aptidões ecológicas da Região. Os relatórios de 1975, da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, já prenunciavam isso. Por exemplo: sem o desmatamento da área e o comprometimento com adubação química, não se consegue fi-

nanciamento de custeio para cultura nenhuma, na Amazônia. Isso equivale a dizer que a área de Floresta preservada é igual à área improdutiva. A grande balada ecológica do momento, a do seringueiro Chico Mendes, ilustra bem o que estou tentando expor. Sua tese era a de que manter a Floresta dá emprego para muito mais gente do que as fazendas. Os seringueiros estão sendo desalojados a bala por empreendimentos que têm financiamento, subsídios ou incentivos fiscais. A destruição é rápida e a pressão tende a aumentar. A queima da Amazônia está prejudicando interesses econômicos, como, por exemplo, o fato de o efeito estufa começar a causar prejuízos reais à agricultura americana. Sabemos tão pouco sobre a Amazônia! A diversidade natural da Floresta é tamanha que vai demorar muito tempo para se ter esse conhecimento. A média de espécies diferentes em um hectare de Floresta Amazônica é maior que todas as espécies juntas existentes na Europa inteira. A quantidade de resinas, remédios e alimentos ainda não pesquisados e a iminência de perdê-los deixa os países desenvolvidos em pânico, dá pra imaginar?

"Eu, particularmente, acho que a SPHAN/pró Memória trabalha muito pouco com a informação. Deveríamos investir com seriedade na difusão dos assuntos da nossa competência."

— Há algum tempo a 11ª Diretoria Regional deflagrou uma campanha com o objetivo de chamar a atenção das pessoas para o valor dos patrimônios cultural e natural locais. Você tem por objetivo repetir esse trabalho?

AL — Isso tem é que ser feito de uma forma mais constante, regular. Essa campanha foi realizada de forma homeopática, e a idéia de abordar toda a filosofia da preservação numa linguagem condizente com os pensamentos e costumes da população. Consistiu da veiculação de peças publicitárias para a mídia impressa, nada passadistas ou nostálgicas, das quais a primeira abordava a arquitetura e passava que patrimônio não é só o teatro, o monumento, mas também a rua, o mercado, por exemplo. A segunda ressaltava os hábitos e costumes da terra. Era assim: "Você sabia que tomar tacacá à tardinha é bom para a memória cultural?" Procurava somar a idéia de prazer à da preservação cultural. A terceira falava sobre esse nosso grande e desconhecido acervo, que são as ervas da Região. E a última enfocava um dos grandes patrimônios da Amazônia, que é um verdadeiro continente de água. Ficou até algo bem poético: "A água, ela é banho e é água de beber, mas ao mesmo tempo ela é estrada, ela é via, ela é o que te leva além de você. Ela é a tua linha do horizonte..." Todo esse trabalho — que é propaganda mesmo — foi realizado com custo baixo para a SPHAN/*pró*Memória, que produziu as peças publicitárias em conjunto com a agência PROVER, que se sensibilizou com a questão, e recebeu apoio dos dois maiores jornais do Estado do Amazonas, o *Amazonas em Tempo* e *A Crítica*. Posso, inclusive, adiantar que já está prevista a deflagração de uma campanha similar, em agosto próximo.

"Qual a relação do patrimônio arquitetônico com o imenso patrimônio natural no qual ele está engastado? Qual o significado dessa relação? Essa é a grande charada."

— Após esse trabalho você já sentiu algum progresso por parte da comunidade, em termos de valorizar mais ainda seu patrimônio cultural e natural?

AL — Olha só, trabalhar com memória cultural é uma coisa muito interessante: é você observar o indivíduo se aproximar dele próprio. Ele sabe que essas questões todas existem, o que nós não podemos é deixar que ele as perca. O nosso trabalho tem sido muito preventivo, no sentido de não permitir que a identidade cultural se perca. E isso é mais viável e, ao mesmo tempo, racional do que partir para o resgate dessa identidade. Eu, particularmente, acho que a SPHAN/*pró*Memória trabalha muito pouco com a informação. Nós deveríamos investir com seriedade na difusão dos assuntos da nossa competência, porque isso é a base de tudo, de todos os trabalhos, e até mesmo porque isso pode ser feito, em muitos casos, com custo reduzido.

— E a questão indígena, também tão afeta à Região Amazônica?

AL — A questão indígena não é tão complicada quanto a questão do patrimônio natural, porque ela já tem uma política oficial sedimentada. As atribuições da SPHAN/*pró*Memória pertinentes a esse assunto são executadas

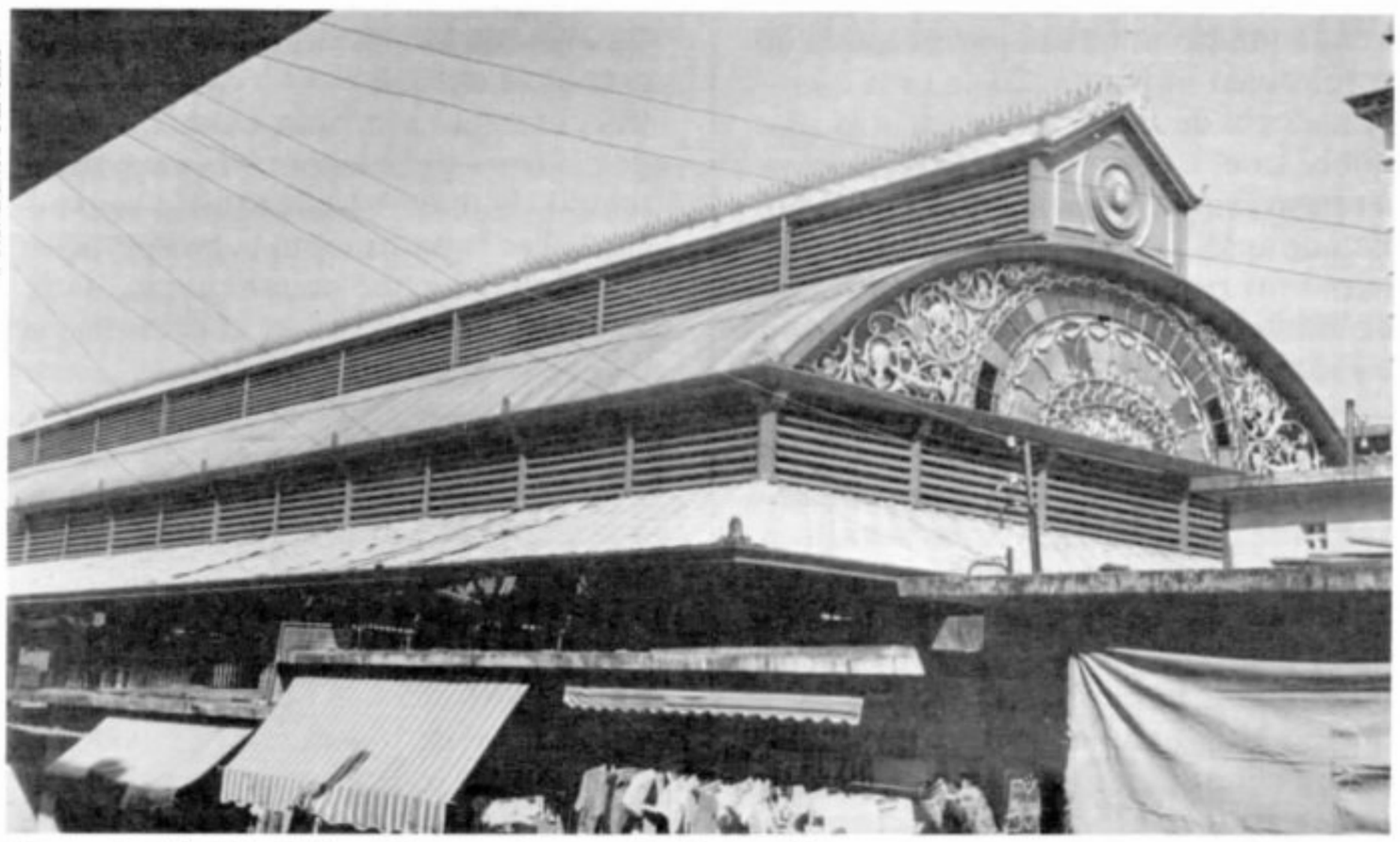


Foto: Eurico Calvente

Mercado Adolpho Lisboa: "o grande porto de Manaus"

pela Coordenadoria de Referência Cultural, e se desenvolvem no campo da educação indígena. Penso que deveria abranger também a produção cultural indígena, como a arquitetura, as artes, etc., e aí, mais uma vez, esse trabalho seria simplificado, cabendo apenas juntar aquilo que já existe levantado e estudado por inúmeras instituições. Acho importante, inclusive, a criação do conceito "Patrimônio Indígena", e para iniciar esse trabalho, pelos menos no âmbito de atuação da DR, já estamos acertando com aquela Coordenadoria os detalhes que irão viabilizar a montagem, em Manaus, de uma área de referência cultural que deverá expor e dar acesso, a interessados, ao material indígena já levantado.

— Sobre o patrimônio arquitetônico existente na área sob jurisdição da 11ª DR, qual o maior problema que você vem enfrentando para a sua preservação?

AL — É, sem dúvida, a relação desse patrimônio arquitetônico com o imenso patrimônio natural no qual ele está engastado. Qual o significado dessa relação? Essa é a grande charada. Entender e traduzir essa relação no desenrolar de muitas das nossas ações significaria um grande avanço conceitual na direção de pensar o patrimônio como um todo. Vou dar um exemplo, em Manaus mesmo, que nos tem obrigado a esse exercício de síntese, numa só ação de fiscalização: o Mercado Municipal Adolpho Lisboa, no Centro Histórico de Manaus, à margem do rio Negro. Seu tombamento, em agosto de 86, citava a margem e o embarcadouro como elementos a serem protegidos em conjunto com o edifício. O tombamento não foi embasado somente na excelência da sua arquitetura de ferro, importada da Europa, mas na relação intrínseca do prédio com a margem do rio e seu acesso imediato à água, que forma um conjunto paisagístico singular. Ele, o Mercado, é o grande porto da Cidade, onde todo o interior aporta há mais de um século e o seu tombamento é, a meu ver, o aspecto mais importante da ação da SPHAN/*pró*Memória, até o momento, pela preservação da cultura amazônica. Pois bem, exatamente nessa área nós temos uma obra embargada, desde 10 de fevereiro de 1989, por atingir de forma violenta vários elementos deste bem tombado e de seu entorno. É a construção de uma avenida, chamada Beira-Rio, cujo projeto foi contratado pela Prefeitura e a obra pelo Governo do Estado. A obra aterra a margem fronteiriça do Mercado, enterrando-o sob duas pistas de asfalto assentadas sobre uma imensa muralha de arrimo que conterá o rio a distância. Estamos exigindo a reavaliação do projeto na área do entorno e aguardando a apresentação de propostas que possibilitem uma solução para o impasse.

"O tombamento do Mercado Adolpho Lisboa é, a meu ver, o aspecto mais importante da ação da SPHAN/pró Memória, até o momento, pela preservação da cultura Amazônica."

— Quais os principais trabalhos que a 11ª DR vem desenvolvendo no restante da sua área de atuação?

AL — Primeiramente, eu queria destacar a recuperação do imóvel onde está instalada a sede da DR, em fase de conclusão, este ano, e que já dispõe de espaço para biblioteca, videoteca e auditório, por exemplo, e já vem possibilitando a prestação de muitas informações sobre as questões ligadas à preservação. Estamos também assessorando e acompanhando a parte técnica das obras do Teatro Amazonas, que estão sendo feitas pelo Governo do Estado. Além disso, está previsto, para o segundo semestre, a realização de obras de recuperação no Mercado Adolpho Lisboa, fruto de convênio com a Prefeitura. Com a Secretaria de Cultura do Acre, estamos desenvolvendo um trabalho em parceria que já resultou na implantação de uma coordenadoria de patrimônio, dentro daquela área, e no início dos inventários a serem feitos nos doze municípios do Estado que, por sinal, possui um patrimônio riquíssimo em construções de madeira. Ainda naquele Estado, estamos buscando recursos para fazer um resgate arqueológico na cidade de Porto Acre, próxima à capital, Rio Branco, onde existem vestígios imensamente significativos de batalhas realizadas no passado, entre o Brasil e a Bolívia, pela posse da região. Já temos, inclusive, uma área demarcada, na Cidade, para que seja definido o que precisa ser feito, bem como o projeto de montagem de uma sala-memória, na igreja local. Já participamos de um seminário, promovido pela comunidade acreana, explicando o que é o Patrimônio, etc., e hoje eles sabem exatamente aquilo que desejam. Quanto às prefeituras do interior do Amazonas, como as de Tefé, Humaitá e outras, também mais antigas do que Manaus, normalmente elas nos convocam para a realização de levantamentos e outros trabalhos ligados à preservação de patrimônio, sobretudo arqueológico. Quanto à arquitetura, o que ainda existe nesses municípios é muito insipiente. Resistem apenas pouquíssimas coisas preservadas. Então, parte-se mais uma vez para a questão da cultura amazônica, do patrimônio natural, da arqueologia, e procura-se, acima de tudo, que o discurso sobre preservação seja único, isto é, que envolva todas as vertentes de atuação da SPHAN/*pró*Memória. Um outro trabalho, e talvez um dos mais importantes que a DR desenvolveu no ano passado, foi realizado em conjunto com historiadores da Universidade do Amazonas e gerou um volume que eu muito gostaria de ver editado. Chama-se *Fundamentos Históricos para o Estudo do Centro Histórico de Manaus*, e consiste de um corte entre 1850 e 1880 — época em que 90% da população era ainda indígena e que o restante do mundo já estava na fase de industrialização. A importância deste trabalho está em mostrar o quanto em Manaus é diferente das outras cidades a relação com o tempo. O mais estonteante de se pensar sobre o patrimônio e preservação em Manaus é que aquele lugar, onde tudo é importado, vive o passado, o presente e o futuro de uma só vez. Você tem jazidas arqueológicas aflorando no centro urbano quase em pleno ano 2000, e isso mexe com qualquer cabeça, já que o normal é você construir o seu presente num passado já sedimentado e com tempo até chegar o futuro. Em Manaus você é obrigado a digerir as três coisas ao mesmo tempo: a arqueologia, o cotidiano e o computador. É o índio tomando tacacá e usando o mais novo modelo de patim francês.

"O mais estonteante de se pensar sobre o patrimônio e preservação em Manaus é que aquele lugar, onde tudo é importado, vive o passado, o presente e o futuro de uma só vez."

Noticiário

Igrejas goianas



Igreja de São Francisco de Paula

A SPHAN/*pró*Memória, através da 8.ª Diretoria Regional, está realizando obras de restauração nas Igrejas de São Francisco de Paula, na cidade de Goiás, e de Nossa Senhora do Carmo, em Pirenópolis, monumentos tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Os trabalhos, executados por administração direta, encontram-se em fase final e têm conclusão prevista para este ano.

A Igreja de São Francisco de Paula, erguida em 1716, tem sido beneficiada com diversas obras de restauração e conservação ao longo dos anos (*SPHAN* n.º 21, págs. 10 e 11). Em 1988, foi concluído o trabalho de fixação das pinturas do forro da capela-mor, realizadas em 1870, por André Antônio da Conceição, com motivos sobre a vida de São Francisco de Assis. As pinturas estão presentes, também, no forro da nave da igreja, cuja fixação já teve início. Essa providência é fundamental para a recuperação das pinturas, que apresentam manchas causadas por infiltração.

A cobertura da capela-mor foi recuperada e será igualmente restaurada tão logo sejam fixadas as pinturas de seu forro. Na capela-mor foi providenciada, ainda, a retirada da chapa de zinco entre a telha e o forro e sua substituição por folha de compensado impermeabilizado e forrada com isopor. O mesmo processo será aplicado na nave.

Carmo

As obras de restauração da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, construída em 1750 (*SPHAN* n.º 44, pág. 3), vêm sendo executadas desde setembro de 1986. Numa primeira etapa, foram realizados reparos na cobertura do templo, com a substituição de caibros, ripas e telhas, quando se verificou, através de prospecções arquitetônicas, não se tratar da cobertura original. A partir dessa constatação, os trabalhos foram direcionados para a recomposição do entelhamento em sua feição primitiva. A sala lateral direita teve o seu telhado rebaixado e recuperado; o mesmo será feito na cobertura da sala lateral esquerda. As obras se estenderão, ainda, aos telhados da capela-mor e da nave.

Foram recuperados, também, a escada e o piso do coro, das torres, do altar-mor e da capela-mor. Numa próxima etapa será restaurado o piso da nave e feita a ambientação do Museu de Arte Sacra sediado na igreja.



Foto: Belmira Finageiv

Igreja N. Sr.ª do Carmo

Marketing

Foi realizado, nos dias 5, 6 e 7 de abril, no auditório da sede do Banco do Brasil, no Rio de Janeiro (RJ), o II Encontro de Marketing, promovido pela SPHAN/*pró*Memória.

O principal objetivo do evento — que contou com a participação de profissionais ligados ao marketing de diversas empresas — foi familiarizar os técnicos da SPHAN/*pró*Memória com os aspectos práticos relevantes ligados à apresentação de projetos culturais à iniciativa privada, tornando a Instituição e seu potencial de investimento mais conhecidos no meio empresarial.

Também foi discutida a Lei n.º 7.505, que prevê benefícios fiscais, na área do imposto de renda, para incentivadores que doem, patrocinem ou invistam em projetos culturais. No último dia do Encontro foi apresentado ao público presente um vídeo institucional sobre as atividades da SPHAN/*pró*Memória.

Constituinte no Pará

A SPHAN/*pró*Memória, através da sua 1ª Diretoria Regional, em Belém (PA), esteve presente no Fórum de Debates sobre a Constituinte Estadual do Pará, promovido pela Comissão de Ordem Econômica, Social e de Proteção à Ecologia, da Assembléia Legislativa.

No encontro, a 1ª DR apresentou propostas sobre o patrimônio cultural e política urbana, com o objetivo de assegurar a proteção do acervo local, formado pelos inúmeros bens tombados a níveis federal, estadual e municipal.

O princípio básico defendido pela DR é o cumprimento do texto constitucional e do Decreto 25/37, que irão respaldar as ações do Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural da Secretaria de Cultura do Estado, órgão de fundamental importância no apoio à ações da SPHAN/*pró*Memória.

Pitomba

O Parque Histórico Nacional dos Guararapes, patrimônio cultural e natural da SPHAN/*pró*Memória, foi palco de uma das mais importantes comemorações de Pernambuco, ou seja, a Festa de Nossa Senhora dos Prazeres, mais conhecida como Festa da Pitomba, entre 23 de março e 3 de abril, em Jaboatão.

Mais de oito mil pessoas estiveram presentes para desfrutar das barracas armadas — cerca de duzentas e cinqüenta —, que ofereciam comidas típicas, artesanato e jogos. Além disso, assistiram à exibição de artistas regionais, como Alceu Valença e Jorge de Altinho, e a vários grupos folclóricos locais.

O apelido Festa Pitomba deve-se ao fato de ser esta a época da colheita da fruta típica de Pernambuco.

NOTICIÁRIO

Mariana reúne prefeitos



Foto: Gilberto Ferrez

A Prefeitura Municipal de Mariana promoveu, no último dia 15 de abril, com o apoio da 7ª Diretoria Regional da SPHAN/*pró*Memória e da Arquidiocese de Mariana, o "I Encontro de Cidades Mineiras — Patrimônio Cultural", com o objetivo de reunir subsídios para a elaboração da Lei Orgânica dos Municípios — conforme determina a nova Constituição Brasileira — e de promover maior intercâmbio entre prefeitos e lideranças das cidades históricas.

O ministro da Cultura e o arcebispo de Mariana promoveram a abertura do evento, que contou ainda com as presenças do secretário da SPHAN e presidente da *pró*Memória, do presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais — FIEMG e de prefeitos e representantes das cidades de Ouro Preto, Sabará, Diamantina, Congonhas, São João del-Rei, Serro, Tiradentes e Belo Horizonte.

Ao abrir o encontro, o ministro reafirmou o seu caráter oportuno e pioneiro, e sua importância como o primeiro passo para a definição de "políticas urbanas criteriosas", capazes de conciliar a preservação histórica com as naturais necessidades de crescimento e desenvolvimento social e econômico das cidades.

Segundo ainda o ministro, vivemos momentos de singular complexidade, pois, "dois séculos depois do sacrifício dos Inconfidentes em busca da Independência, vemos que o País continua agrilhoado a uma dívida externa colossal, forma moderna de dominação internacional. Toda essa realidade impõe que tenhamos consciência plena de nossa condição nacional. Só fortaleceremos essa consciência defendendo nosso patrimônio cultural" — afirmou.

Em sua palestra, por sua vez, Dom Luciano Mendes de Almeida ressaltou a importância da preservação dos valores culturais como forma de resguardar a identidade do País. Entretanto, segundo ele, restaurar um monumento histórico nada significa "se na porta deste monumento houver uma criança com fome".

Acentuou ainda o Arcebispo a necessidade de se preservar também a qualidade de vida da população brasileira, com investimentos significativos nas áreas de saúde, habitação, alimentação e educação, ao entender que "o maior patrimônio de uma nação é seu próprio povo".

Além do Ministro e do Arcebispo, proferiram palestras o secretário e presidente da SPHAN/*pró*Memória, que falou sobre "A Política de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional", o procurador-chefe da República em Minas Gerais, Luiz Carlos Rodrigues Silva, sobre "O Ministério e o Poder Judiciário na Proteção do Patrimônio Cultural", o superintendente da Polícia Federal, Renato Surete, sobre "A Segurança do Patrimônio Cultural", e ainda a arquiteta da Fundação João Pinheiro, Marieta Vitorino, que falou sobre a importância da adoção de Planos Diretores pelas Prefeituras Municipais.

Durante o encontro, a Universidade Federal de Ouro Preto — UFOP, a Cia. Vale do Rio Doce e a Prefeitura de Mariana assinaram protocolo de cooperação técnica, pelo qual as duas primeiras oferecerão os recursos humanos, materiais e financeiros visando à elaboração do Plano Diretor para o município. Também na ocasião foi assinado convênio entre o Ministério da Cultura e a Arquidiocese de Mariana, para a reformulação e ampliação do Museu Arquidiocesano de Mariana, detentor de um grande e importante acervo de peças sacras.

Oeiras: Patrimônio Nacional

O Congresso Nacional, através da Lei 7.745, de 30 de março de 1989, resolveu elevar a cidade de Oeiras, no Piauí, à condição de Monumento Nacional. O ato foi resultado do projeto-de-lei 1.322, de 1983, do ex-deputado federal Tapety Junior, considerando Oeiras, a mais antiga cidade do Estado, como o berço da civilização piauiense.

A antiga Môcha, nome de um riacho da região, foi estabelecida por Julião Afonso Serra, em 1676, como arraial de índios domésticos, passando depois às categorias de freguesia e vila, até se tornar cidade da Capitania do Piauí, na condição de capital. Daí, por ato do Governador João Pereira Caldas, teve seu nome mudado para Oeiras.

Oeiras prosperou como capital, recebendo inúmeras famílias, especialmente vindas do Maranhão. Lá nasceu o primeiro periódico do Estado, *O Piauiense*. A cidade teve importante atuação no cenário político brasileiro, contribuindo decisivamente para a Independência do Brasil e para o término da Guerra dos Balaios. Mais recentemente esteve inscrita na história da Coluna Prestes, por ter sido invadida em 1925 e 1926 pelos comandados de Luís Carlos Prestes.

Oeiras, vizinha à atual capital, Teresina, não é mais tão próspera como no passado, mas seu valor histórico continua inabalado. São vários os monumentos arquitetônicos da cidade, entre eles a Igreja de Nossa Senhora da Vitória e o Palácio dos Bispos, tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a Casa de Câmara e Cadeia e a Casa do Cônego, que contribuem para manter viva a memória cultural da cidade, agora reconhecida como Monumento Nacional.

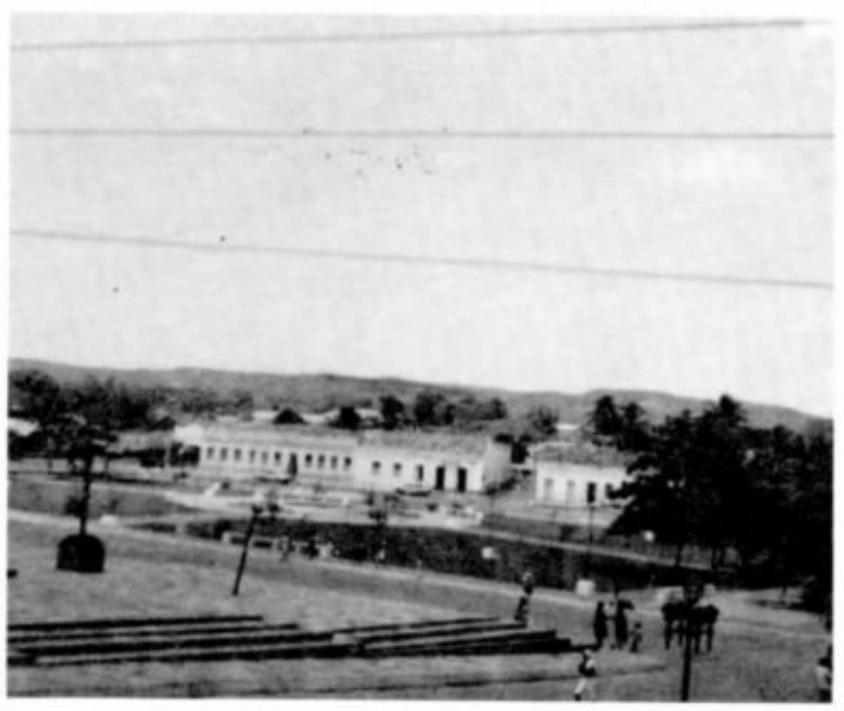


Foto: Arquivo SPHAN/*pró*Memória

NOTICIÁRIO

Casa do Trem

Como parte de um plano de colaboração entre a SPHAN/*pró*Memória, através da sua 9ª Diretoria Regional, com sede em São Paulo, e a Prefeitura Municipal de Santos (SP), foram concluídas as obras de conservação e adaptação da Casa do Trem, monumento localizado na zona portuária santista.

O prédio, datado do século XVIII, que funcionava como uma espécie de alfândega e depósito de armas, agora desempenhará as funções de centro de atendimento a crianças e jovens carentes do bairro, em atividades educacionais, pedagógicas e de lazer.

Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional esteve reunido pela 136ª vez, no dia 31 de março, no Salão Portinari do Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro. Na ocasião, foram discutidos vários assuntos, entre eles a questão do corte orçamentário para as atividades na área de preservação do patrimônio cultural e a ameaça de demissões no âmbito do funcionalismo federal (*SPHAN/pró*Memória nº 45, pág. 22). Segundo o Secretário da SPHAN e Presidente da *pró*Memória — também presidente do Conselho Consultivo —, tais medidas trariam sérios prejuízos ao Ministério da Cultura.

Quanto aos processos analisados pelos Conselheiros, a maioria ficou por conta dos que tratavam da liberação de obras de arte que integram os acervos de diversos museus brasileiros, para se juntarem a outras em exposições internacionais, em países como a Inglaterra e os Estados Unidos. Dois pedidos, no entanto, foram negados pelo Conselho. O processo nº 166-T-38 continha solicitação para empréstimo de um cofre de porcelana e bronze, pertencente ao Museu Imperial de Petrópolis, com o objetivo de integrar uma exposição, em Paris, sobre artes decorativas. Na opinião do Conselheiro Alcídio Mafra de Souza, relator do processo, trata-se de uma peça valiosa e de extrema fragilidade, tornando, portanto, muito arriscado seu deslocamento.

O outro caso de indeferimento foi com relação às obras do Museu Nacional de Belas Artes para participarem da exposição comemorativa do bicentenário da Revolução Francesa, na Estação Carioca do Metrô do Rio de Janeiro. A negativa foi justificada, também pelo Conselheiro Alcídio Mafra, diretor do MNBA, pela falta de segurança e ambientação adequada do local proposto para a exposição. Ficou, inclusive, a sugestão de que sejam utilizadas reproduções, em substituição.

Com relação ao patrimônio edificado, assunto sempre presente nas reuniões do Conselho, foi aprovada a extensão do tombamento do prédio da antiga Escola de Engenharia, localizado no Largo de São Francisco, no Centro do Rio. Até o momento, o imóvel possuía apenas o pórtico e o vestíbulo tombados, recebendo agora aprovação do Conselho para que seja tombado o prédio como um todo, principalmente por seu valor histórico.

Um dos assuntos tratados na reunião, e que mereceu a maior atenção, foi levantado pelo Conselheiro Modesto Carvalhosa. Ele propôs que o Conselho se manifestasse sobre os procedimentos burocráticos para a incorporação, nos orçamentos das fundações, dos recursos oriundos de doações e de receitas próprias. O trâmite burocrático, segundo o Conselheiro, faz com que essas instituições demorem muito a receber esses recursos, pois estes passam por diversas instâncias do Poder Público Federal. O Conselho resolveu, então, enviar uma carta à Presidência da República, ao Congresso Nacional e ao Ministério da Cultura manifestando sua preocupação com o problema.

Baronesa

A Casa da Baronesa, sede do Escritório Técnico da 7.ª Diretoria Regional da SPHAN/*pró*Memória, em Ouro Preto, foi totalmente restaurada, tendo em vista oferecer condições operacionais mais adequadas à sua equipe técnica. Além das reformas e obras de conservação de elementos arquitetônicos, como barroteamento de forros e pisos, substituição de revestimentos e novas instalações elétricas, a Casa da Baronesa, que por sua importância histórica integra o conjunto urbano tombado, teve o pavimento térreo integralmente adaptado para funcionar como Sala Multimeios.

Com verba de NCz$ 7.850,00, doada pela Minerações Brasileiras Reunidas — MBR, mediante os incentivos tributários da Lei 7.505, a Sala Multimeios foi totalmente equipada, dispondo já de todos os recursos necessários para a realização de eventos diversos. Nesse sentido foram adquiridos dois monitores de TV, dois vídeos, dois projetores de eslaides, um equipamento de som completo, duas máquinas fotográficas, cadeiras e vários acessórios.

Pelas condições que oferece e por sua privilegiada localização — na Praça Tiradentes, no Centro Histórico de Ouro Preto —, a Sala Multimeios da Casa da Baronesa já está aberta à comunidade ouro-pretana para manifestações de caráter cultural, podendo também ser utilizada para a realização de cursos e seminários.

Sua inauguração se deu com a exposição "Cada Cabeça uma Sentença", promovida pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Fundação João Pinheiro, Universidade Federal de Ouro Preto e SPHAN/*pró*Memória, e contou com a participação de vários artistas brasileiros de renome internacional.



Foto: Marcel Gautherot

Cartas

"Quero manifestar a minha satisfação com a publicação SPHAN/*pró*Memória *que me deixou impressionado pelos seus conteúdos ligados à preservação do nosso patrimônio histórico.*

Sou professor e historiador, que pesquisa (Aspectos da História do Município de Teutônia e da Imigração Alemã no RS) e leciona História e Geografia. Gostaria de poder receber regularmente esta publicação, que desejo utilizar nas aulas de História; os alunos podem, em decorrência, tomar conhecimento de patrimônios históricos e aprender a preservá-los e valorizá-los como parte da nossa história. Os exemplares, em seguida, serão guardados como fonte de pesquisa. Pediria, na medida do possível, exemplares atrasados."
Guido Lang — Novo Hamburgo (RS).

"Revisando nossos periódicos constatamos que houve interrupção no fornecimento do Boletim SPHAN/*pró*Memória *de março/88 até a presente data.*

Tratando-se de um material muito importante como fonte de pesquisa para nossos alunos do curso de Arquitetura, solicitamos que nos enviem as instruções necessárias a fim de continuarmos recebendo o Boletim *com a maior brevidade possível."*
Eliane Leitão — Faculdade de Ciências Humanas Esuda/Bibliotecária — Recife (PE).

"Solicito a essa editoria a gentileza de informar-me qual o procedimento que devo adotar para receber periodicamente a publicação Boletim SPHAN/*pró*Memória, *subsídio importante para a atividade que exerço."*
Mário Lobo Cunha — Porto Alegre (RS).

*"Através da presente, encaminho à Fundação Nacional pró*Memória *solicitação de exemplares do* Boletim SPHAN/*pró*Memória, *em forma de assinatura, para um melhor conhecimento sobre o desenvolvimento histórico e artístico nacional em seus vários aspectos e também para constar no acervo do Grêmio Cultural Cora Coralina, que tem responsabilidade sobre a Biblioteca SD PM — Ademir Rosa Felício e do Escritório SD PM — Assis Dias."*
— Eduardo Jorge de Oliveira — Presidente do Grêmio Cultural Cora Coralina — Polícia Militar do Estado do Espírito Santo.

"Recebi com satisfação dois Boletins *n.º 44, de novembro-dezembro de 1988, onde pude abeberar-me novamente de toda riqueza histórica contida na linda e bucólica cidade de Antônio Prado, onde nos idos de 1954-58 realizei meus estudos primários.*

Gostaria de parabenizá-los pela excelente reportagem e ao mesmo tempo felicitá-los pela preservação e resgate da memória histórica brasileira, sendo exemplo edificante de civismo e brasilidade.

Aqui na Secretaria Municipal de Educação essa publicação é apreciadíssima pelos seus conteúdos e pela modernidade dos temas.

Gostaria de receber informações históricas sobre o município de Atalaia do Norte e o povoado de Remate de Males, no rio Javari. Vários alunos das escolas rurais procuram esta Secretaria e a Biblioteca Pública, nada encontrando sobre o assunto.

*Agradeço antecipadamente sua resposta e o encaminhamento de futuras e anteriores publicações do MinC e da SPHAN/pró*Memória."
Waldeir Raimundo Gobatto — Secretário Municipal de Educação — Atalaia do Norte (AM).

A equipe do *Boletim SPHAN/pró*Memória agradece a correspondência recebida e compromete-se em atender as solicitações encaminhadas.

N.R. Na coluna *Opinião* da edição passada — pág. 20 — ficou incompleta a remissão referente ao Plano de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros, que é a seguinte: SPHAN/*pró*Memória, n.º 16, pág. 10, e n.º 31, pág. 4.

EXPEDIENTE

Editado pela Fundação Nacional *pró*Memória

Presidente da República
José Sarney

Ministro da Cultura
José Aparecido de Oliveira

Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Presidente da Fundação Nacional *pró*Memória
Augusto Carlos da Silva Telles

Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:
Augusto Carlos da Silva Telles – *Presidente*, Afonso Arinos de Mello Franco, Alcídio Mafra de Souza, Américo Jacobina Lacombe, Eduardo Kneese de Mello, Francisco Iglesias, Gilberto Ferrez, Gilberto Velho, José Ephin Mindlin, Leda Dau, Lourenço Luiz Lacombe, Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão, Max Justo Guedes, Modesto Souza Barros Carvalhosa, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Solange de Sampaio Godoy

Conselho Curador da Fundação Nacional *pró*Memória:

TITULARES:
Augusto Carlos da Silva Telles – *Presidente*, Clóvis Oliveira da Silva, Irapoan Cavalcanti de Lyra, José Luiz Alquéres, Luiz Vicente Goulart Macedo, Mário Jorga de Gusmão Berard
SUPLENTES:
Ângela Gutierrez, Evelyn Berg Ioschpe, João Marino, Paulo Guilherme Aguiar Cunha

Editor Responsável
Maria de Lourdes Castro Oliveira

Editores
Marcus Vinícius De Lamônica Freire – Brasília
Rodney Dias Ribeiro – Rio

Editor Assistente
Maria da Graça Nobre Mendes – Brasília

Redação
Francisco Cereto
Marcus Vinícius De Lamônica Freire
Maria da Graça Nobre Mendes
Rodney Dias Ribeiro
Sylvio Clemente da Motta

Revisão
Sylvio Clemente da Motta

Publicidade e Marketing
Francisco Cereto

Diagramação e produção gráfica
Aimojara Xavier
Gioietta Timóteo

Circulação
Maria Emília Medeiros do Nascimento

Pesquisa e expedição
Denise Taveira do Couto

Colaboração
Marcos Cambraia